

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 29-11-2023.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença: Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença: Airto Ferronato, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Lourdes Sprenger, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 429/22 (Processo nº 0882/22), de autoria de Bruna Rodrigues; o Projeto de Lei do Legislativo nº 629/23 (Processo nº 1074/23), de autoria de Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei do Legislativo nº 653/23 (Processo nº 1121/23), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Lei do Legislativo nº 686/23 (Processo nº 1196/23), de autoria de Biga Pereira; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 688/23 (Processo nº 1205/23), de autoria de Gilson Padeiro. Hamilton Sossmeier, presidindo, convidou Fernanda Barth a entregar o Troféu Câmara Municipal 250 Anos à RDC TV, nas pessoas dos seguintes representantes da empresa: Marcio Irion, diretor presidente; Eduardo Araújo, diretor executivo; Lucélia Souza, diretora financeira; Augusto Gostinski, diretor comercial; e Claro Gilberto, diretor de eventos. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e vinte e sete minutos às quatorze horas e trinta e dois minutos. Hamilton Sossmeier, presidindo, concedeu a palavra a Marcio Irion, que agradeceu. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e sete minutos às quatorze horas e trinta e oito minutos. Hamilton Sossmeier, presidindo, convidou os integrantes da Mesa Diretora a realizarem a entrega de Troféus Câmara Municipal 250 Anos a vereadores, conforme segue: Cláudia Araújo entregou a Giovane Byl, que se pronunciou; Alvoni Medina entregou a Conselheiro Marcelo, que se pronunciou; Lourdes Sprenger entregou a Biga Pereira, que se pronunciou; Airto Ferronato entregou a Giovanni Culau e Coletivo, que se pronunciou; Aldacir Oliboni entregou a Prof. Alex Fraga, que se pronunciou e Moisés Maluco do Bem entregou a Tiago Albrecht, que se pronunciou. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e três minutos às quinze horas e doze minutos. Hamilton Sossmeier, presidindo, convidou Claudio Janta a entregar moção de solidariedade ao ex-vereador Mario Manfro (Requerimento nº 088/23), e concedeu a palavra a Claudio Janta, que se pronunciou a respeito. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-

se Comandante Nádia, Claudio Janta, Adeli Sell, Idenir Cecchim, Conselheiro Marcelo, Aldacir Oliboni, Biga Pereira e Pedro Ruas. Às dezesseis horas e dezoito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Tiago Albrecht, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fran Rodrigues, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão Projeto de Lei do Legislativo nº 082/21 (Processo nº 0248/21). Foi apregoada a retificação do resultado da votação do Projeto de Lei do Legislativo nº 140/22 (Proc. nº 0271/22), o qual foi aprovado durante a 112ª Sessão Ordinária, realizada no dia 27 de novembro de 2023, apenas quanto ao placar de votos. A referida proposição foi aprovada por quinze votos SIM, doze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Fernanda Barth, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Foram apregoadas as Emendas nºs 02 e 03, de autoria de Mauro Pinheiro e Fernanda Barth, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 342/21 (Processo nº 0819/21). Foi apregoado Requerimento de autoria do vereador José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 185/21 (Processo nº 0488/21). Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 185/21, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 178/23 (Processo nº 0349/23), após ser discutido por Pablo Melo, por vinte e sete votos SIM, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Psicóloga Tanise Sabino. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 071/14 (Processo nº 0732/14), após ser discutido por Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Jonas Reis, Comandante Nádia e Mônica Leal, e encaminhado à votação por Márcio Bins Ely. Foram aprovadas as Emendas nºs 01 e 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 071/14. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 071/14, por vinte e cinco votos SIM e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Roberto Robaina, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely,

Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Fran Rodrigues, Jonas Reis, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Na oportunidade, Fernanda Barth e Alvoní Medina formularam requerimentos verbais, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia da presente Sessão. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Alvoní Medina, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 066/22 (Processo nº 0129/22), após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Airto Ferronato e Jessé Sangalli. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 066/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 066/22. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando a apreciação imediata de Requerimentos de sua autoria. Foi aprovado Requerimento de Moisés Maluco do Bem, solicitando votação em bloco dos Requerimentos que solicitam tramitação em regime de urgência, nos termos do art. 110 do Regimento, para as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/23, Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/23 e Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/23. Foram aprovados, em bloco, os Requerimentos que solicitam tramitação em regime de urgência, nos termos do art. 110 do Regimento, para as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 023/23, Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/23 e Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/23. Na oportunidade, foi constatada existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Airto Ferronato e Comandante Nádia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Barth, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 185/21 (Processo nº 0488/21), após ser discutido por José Freitas, Claudio Janta, Comandante Nádia, Adeli Sell, Jonas Reis e Cassiá Carpes. Foi apregoada a Emenda nº 04, de autoria de Claudio Janta, José Freitas e Alvoní Medina ao Projeto de Lei do Legislativo nº 185/21, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Cláudia Araújo formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação de matéria priorizada na Ordem do Dia da presente Sessão. Foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 480/23 (Processo nº 0812/23), de autoria de Cassiá Carpes. Foi apregoada a Emenda nº 05, de autoria de Claudio Janta e Cassiá Carpes ao Projeto de Lei do Legislativo nº 185/21 (Processo nº 0488/21), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 185/21, por vinte e oito votos SIM, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago

Albrecht. Foi aprovada a Emenda nº 03 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 185/21, por vinte e quatro votos SIM, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Adeli Sell, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Tiago Albrecht. Foi aprovada a Emenda nº 04 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 185/21. Foi aprovada a Emenda nº 05 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 185/21, por dezenove votos SIM, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 185/21. Às dezoito horas e trinta e quatro minutos, constatada inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por João Bosco Vaz, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/23; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 377, 506, 649, 666 e 681/23; o Projeto de Resolução nº 093/23; e, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 593/23, este discutido por Jonas Reis e Márcio Bins Ely, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 168, 571, 601, 606, 668 e 672/23, o Projeto de Resolução nº 065/23, este discutido por Márcio Bins Ely, e o Projeto de Resolução nº 087/23. Às dezoito horas e quarenta e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde. Neste momento, damos início à homenagem à RDC TV, proposta pela Ver.^a Fernanda Barth, com entrega do Troféu Câmara Municipal 250 anos. Convidamos o Sr. Márcio Irion, diretor-presidente; o Sr. Eduardo Muller Araújo, diretor-executivo; a Sra. Lucélia Sousa, diretora financeira; o Sr. Carlos Augusto Gostinski, diretor comercial; e o Sr. Claro Gilberto, diretor de eventos, para comporem a Mesa.

Convidamos a Ver.^a Fernanda Barth para fazer a entrega do troféu ao Sr. Márcio Irion, diretor-presidente da RDC TV. (Palmas.)

(Procede-se à entrega do troféu em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Cumprimos ainda os diretores da RDC TV: o Sr. Eduardo Araújo, diretor-executivo; a Sra. Lucélia Souza, diretora financeira; o Sr. Augusto Gostinski, diretor comercial; o Sr. Claro Gilberto, diretor de eventos; e todos os demais membros da RDC TV.

Estão suspensos os trabalhos para o registro fotográfico oficial com todos os vereadores e homenageados.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h27min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h32min) Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Márcio Irion, diretor-presidente da RDC TV, está com a palavra.

SR. MÁRCIO IRION: Boa tarde a todos. Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, em seu nome cumprimento todos os vereadores aqui presentes, em especial a Ver.^a Fernanda Barth, que nos agraciou com a lembrança deste importante troféu para a RDC, o qual dedico a todos aqueles que fazem a RDC acontecer: pessoas. Eu sempre digo que uma empresa é feita por pessoas. Estar aqui hoje me traz inúmeros significados de que esta Casa, ao conceder este troféu a todos os demais agraciados que já passaram por aqui, Ver. Pablo, e nós que, hoje, temos a honra de recebê-lo, representa um sentimento comum que todos temos, de fazer o bem sem olhar a quem, de fazer algo pelas pessoas, de fazer algo que transforme a vida das pessoas; cada um com a sua ideia, cada um com o seu propósito, mas com um fim único: as pessoas. E um outro significado importante para mim, ao estar nesta tribuna, hoje, pela primeira vez, é que esta Casa também faz parte da minha formação profissional. As cadeiras do fundo, para quem não sabe, são reservadas aos assessores de bancada que assessoram os vereadores, e eu estive lá, nessas cadeiras, por um longo tempo nesta Casa, assessorando os vereadores da bancada do MDB. Talvez esse tenha sido o meu primeiro passo de fazer o bem público, de pensar que tudo aquilo que nós recebemos da sociedade temos o dever de retribuir. Então, eu quero agradecer em especial à Ver.^a Fernanda, a esta Casa, a todos os senhores vereadores que tem na RDC uma janela de oportunidade de falar do conteúdo local. Nós ousamos, em um ambiente muito competitivo, estabelecer e criar um veículo de comunicação que falasse das coisas daqui; que desse oportunidade, a janela para que pudéssemos falar sobre as coisas daqui; um jornalismo baseado em fatos; um jornalismo que olha para os fatos, independentemente de qual seja o viés e a opinião de quem quer que seja. Eu sempre digo a todos: temos que falar dos fatos. Esse é o nosso propósito. É um grande desafio, um grande desafio. Empreender, de qualquer forma e em qualquer segmento, já é por si só um grande desafio. Empreender, na comunicação, é sem dúvida nenhuma um desafio dobrado, porque a gente mexe com o dia a dia das pessoas, com a formação de opinião, enfim, que impacta a sociedade de maneira direta e diária. Mas nós nos sentimos muito honrados por termos chegado até aqui com cinco anos apenas de idade; por sermos agraciados nesta Casa, que reconhece pessoas históricas da nossa cidade, que dedicam

uma vida em prol da cidade e das pessoas. Nós, com apenas cinco anos, chegamos aqui. Chegamos porque temos competência. Chegamos porque temos pessoas. Chegamos porque temos jornalistas, temos apresentadores que têm história de jornalismo que nos ajudam a construir isso, como o Armando Burd, o nosso balaústre, com quem sempre me aconselho para não escorregar, para não errar, para que a gente possa ter um jornalismo independente, um jornalismo que cada um possa exercer da melhor forma e que possa contribuir para o debate, inclusive o debate político, mas que também possa servir como prestação de serviço para a sociedade. Um veículo de comunicação tem o dever de fazer a prestação de serviço, de mostrar e dar voz a quem não tem. Voz e vez. Portanto, Sr. Presidente, para não me alongar, eu quero agradecer a todos os meus colegas; a todos os meus colaboradores que estão comigo nesta jornada; a nossa diretoria, à Lucélia, em especial, que está comigo desde o primeiro dia, gerenciando a nossa administração e trazendo equilíbrio para que a gente possa chegar até aqui. E, sem dúvida nenhuma, todos têm a sua importância. Este reconhecimento e este troféu são de todos nós e também da população. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h37min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h38min) Estão reabertos os trabalhos. Quero chamar os membros da Mesa Diretora – o Ver. Alvoni Medina, o Ver. Aldacir Oliboni, a Ver.^a Lourdes Sprenger, a Ver.^a Cláudia Araújo, o Ver. Airo Ferronato – para procedermos à entrega das placas pelos 250 anos desta Casa aos vereadores. Neste ano, a Câmara Municipal completa 250 anos, e todos os vereadores estão recebendo – quase todos já receberam – a placa dos 250 anos.

Convidamos a Ver.^a Cláudia Araújo para fazer a entrega da placa ao homenageado, Ver. Giovane Byl. (Palmas.)

(Procede-se à entrega da placa em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, público que nos assiste pela TVCâmara. Boa tarde, galeria, vereadoras, vereadores, meu Presidente Hamilton Sossmeier. Eu confesso que estou muito emocionado por essa placa e por ser um dos 36 vereadores desta Casa, neste ano tão especial em que se comemoram os 250 anos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Eu gostaria de agradecer, de glorificar o meu Senhor e Salvador Jesus Cristo; na Bíblia, o apóstolo Paulo deixou escrito lá em 1

Coríntios: Mas Deus escolheu as coisas loucas deste mundo para confundir as sábias; e Deus escolheu as coisas fracas deste mundo para confundir as fortes. E Deus me encontrou lá no Mário Quintana, na comunidade com o menor IDH da cidade, onde ser jovem é estar com alvo nas costas e a minha perspectiva não era passar dos 18 anos. Mas, através de um trabalho missionário de uma igreja evangélica, eu conheci Cristo; através do *hip-hop*, eu tive a oportunidade de me expressar mediante rima; através do *skate* e do esporte, eu consegui sair de dentro do bairro; através do Orçamento Participativo, eu acabei me tornando uma voz e um líder comunitário, e hoje nós estamos aqui tomando decisões e trabalhando por uma cidade mais justa e melhor. Eu quero agradecer a todas pessoas que acreditaram em mim ao longo dessa jornada, mas quero agradecer, primeiramente, também à minha família, à minha mãe, à minha esposa e a todos aqueles que acreditaram nesse guri, lá do Mário Quintana, que hoje é uma liderança da cidade e a voz dos que não têm voz, representantes dos excluídos da nossa cidade. Muito obrigado, Presidente. Obrigado a todos os colegas vereadores. Estou muito emocionado com essa homenagem aqui. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns, Ver. Giovane Byl.

Convidamos o Ver. Alvoni Medina para fazer a entrega da placa ao homenageado, Ver. Conselheiro Marcelo. (Palmas.)

(Procede-se à entrega da placa em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton, demais vereadores, público que nos assiste, pessoal das galerias, é com muito orgulho que eu estou aqui, neste momento, recebendo essa linda homenagem. Essa história de nós estarmos aqui, principalmente representando uma região em que nós crescemos... O Ver. Giovane Byl falou que nós somos oriundos de uma região muito humilde, com muitos problemas, perdemos muitos amigos. Muitos amigos nós perdemos. Eu tinha tudo para não estar aqui também hoje, mas – de uma família humilde – não é pelo fato de nós morarmos numa vila que nós temos que ir para o caminho errado. Eu, por 20 anos como conselheiro tutelar, salvei muitas crianças e adolescentes e tenho muito orgulho disso e dessa história de estar aqui representando a minha comunidade. Agradeço também o movimento Barcelona, que está aqui lutando por sua moradia. Se Deus quiser, vocês vão ter as suas casas, a justiça vai tirar essa decisão, os vereadores que têm esse entendimento vão repensar, porque a moradia é um direito. Essa luta de vocês... São mais de 20 anos que vocês estão nessa decisão, nessa luta. (Palmas.) Então, esta placa vai para

vocês também que são moradores da minha região. Gratidão a todos e Deus abençoe!
Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convidamos a Ver.^a Lourdes Sprenger para fazer a entrega da placa à homenageada, Ver.^a Biga Pereira.

(Procede-se à entrega da placa em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, Mesa Diretora, meus colegas vereadores, vereadoras, público que nos assiste aqui nas galerias, na TVCâmara, quero dizer que, neste momento de 250 anos desta Casa Legislativa, de tantas homenagens, homenagearem cada um de nós, e eu estar neste momento recebendo esta placa comemorativa é motivo de orgulho. Tenho feito desses microfones um megafone para representar especialmente as pautas das mulheres. Considero meu mandato um mandato à disposição das mulheres e tenho feito isso, não só ao denunciar as mazelas, a submissão a que nós somos submetidas, a violência que cresce em nosso Estado e em nossa Porto Alegre, mas também ao oferecer propostas, projetos como o Não é Não, que aqui aprovamos; como o projeto da saúde mental das trabalhadoras, dos trabalhadores; como as duas frentes parlamentares que eu dirijo, a Frente Parlamentar em Defesa das Trabalhadoras e Trabalhadores de Empresas Terceirizadas e a Frente Parlamentar da Economia dos Cuidados. Portanto, Presidente Sossmeier, Cláudia, meus queridos vereadores, Lourdes, Medina, Ferronato, Oliboni, eu agradeço esta homenagem. Isso aqui é uma homenagem a todas nós, mulheres. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns, Ver.^a Biga Pereira.

Convidamos o Ver. Airto Ferronato para fazer a entrega da placa ao homenageado, Ver. Giovanni Culau e Coletivo.

(Procede-se à entrega da placa em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras que compõem a Mesa Diretora desta Casa,

demais colegas, receber essa placa, no dia de hoje, é mais do que receber uma simples placa porque ela diz respeito a um símbolo da história de 250 anos desta Casa, e quando nós falamos em história, é impossível – Ver.^a Biga, que acaba de receber também a mesma homenagem – não pensar as diversas histórias que compõem esse símbolo, não só a história de 250 anos da Câmara Municipal, mas também as nossas histórias individuais. Ao caminhar até a tribuna, não conseguia deixar de lembrar da criança que fui, que teve parte da sua infância na Vila Funil, outra parte da sua infância no Extremo-Sul de Porto Alegre, no bairro Ponta Grossa. Lembro também a história do nosso Partido, o PCdoB, nesta Casa, que teve a sua primeira vereadora fundando a bancada do PCdoB, a Ver.^a Jussara Cony, e teve outros tantos, entre eles o vereador Raul Carrion, Manuela D’Ávila, Bruna, Daiana. E hoje, eu e Biga temos o desafio de representar a história, a tradição de luta desse partido. Tenho bastante orgulho e fico bastante emocionado de poder também dar as minhas contribuições à construção dessa história, Ver. Cecchim. Eu sou, nesta legislatura, o vereador mais jovem na titularidade, um dos mais jovens da história desta Casa, da Câmara de Porto Alegre. Faço parte – vejo aqui, no plenário, a covereadora Fabíola, o covereador Airton – dessa história de um esforço da construção do primeiro mandato coletivo da Câmara de Porto Alegre. E também sou, nesta legislatura, o único vereador assumidamente *gay* e, talvez, o primeiro titular da história desta Casa que assumiu a luta da população LGBTQIA+ como uma bandeira de luta em defesa dos nossos direitos e da nossa existência. É por isso que eu quero dizer e renovar o compromisso de luta que tenho tido com Porto Alegre, com a juventude, mas também o compromisso de luta com a população LGBTQIA+. Isso faz com que façamos deste final de ano um ano de luta que impeça a aprovação de qualquer projeto de lei, nesta Casa, que signifique um ataque às nossas existências. Muito obrigado, Porto Alegre, por me permitir participar deste momento histórico de 250 anos da nossa Câmara Municipal. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns, Ver. Giovani Culau e Coletivo.

Convidamos o Ver. Aldacir Oliboni para fazer a entrega da placa ao homenageado, Ver. Prof. Alex Fraga.

(Procede-se à entrega da placa em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, agradeço aos integrantes da Mesa Diretora por possibilitarem o recebimento desta placa comemorativa dos nossos 250 anos. É um grande privilégio poder estar aqui no ano em que a Câmara Municipal de Porto Alegre completa esta data. Mas não poderia

deixar de agradecer também a todos os meus familiares, aos meus amigos, aos meus filhos, aos meus alunos e ex-alunos que tanto me apoiaram para que eu ocupasse este espaço neste momento. Agradeço também a boa parte da população que me honrou com mais de 3.500 votos no ano de 2020, numa eleição extremamente dura, quando vivíamos a maior pandemia do último século. E a nossa responsabilidade, a nossa postura, desde o início dessa grave crise sanitária, foi a favor do “fica em casa”, do “fecha as escolas”, e isso, acreditamos, não foi um erro. Dificultou bastante a nossa campanha e talvez tenha subtraído alguns votos das pessoas que, mais alarmadas com a grave crise, não foram votar, justificaram o voto por receio, pela preservação da sua própria vida; mas, felizmente, conseguimos superar esse momento muito duro, e, com muito orgulho, batendo no peito, digo agora: acertamos! A nossa postura foi acertada! O negacionismo trouxe problemas muito graves e perdas inestimáveis de vidas, mas, felizmente, conseguimos contornar essa situação. Perdemos amigos, entes queridos, mas que isso nos sirva de lição. Precisamos manter os olhos no futuro a partir dos erros do passado e, portanto, que sigamos em frente por mais 250 anos com saúde e vida para todos nós! Um grande abraço. Muito obrigado, de novo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns, Ver. Prof. Alex Fraga.

Convidamos o Ver. Moisés Maluco do Bem para fazer a entrega da placa ao homenageado, Ver. Tiago Albrecht.

(Procede-se à entrega da placa em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é uma alegria muito grande fazer parte da Câmara de Vereadores nos seus 250 anos. A Deus, toda honra, toda glória, que, por intermédio de nosso senhor Jesus Cristo, criou tudo e todos e a mim também, e, pelo Divino Espírito, me capacitou com seus dons. Um desses dons é servir às pessoas já na minha vida pregressa e agora como funcionário público, como vereador desta cidade. Então, para mim, é uma honra servir a cidade de Porto Alegre, que me adotou como seu filho, eu, como um nascido fora do tempo, eu, como alguém que migrou para esta cidade, e agora posso exercer aqui os votos e a vontade daqueles que votaram em Tiago Albrecht. Muito obrigado pelo carinho, muito obrigado a quem nos colocou aqui neste mandato, nesta tribuna, para ser uma voz a defender aquilo que nós entendemos ser a verdade. Então, muito obrigado, e que Deus abençoe a todos. Repito: é uma satisfação muito grande fazer parte da Câmara de Vereadores. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns, Ver. Tiago Albrecht.

Convidamos os vereadores homenageados para fazer uma foto com as suas placas, todos juntos aqui na frente.

Estão suspensos os trabalhos para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h03min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h12min) Estão reabertos os trabalhos. Atendendo às solicitações do Ver. Claudio Janta, da Ver.^a Mônica Leal e de outros vereadores para que façamos a entrega, durante esta sessão, da moção de solidariedade ao ex-vereador Mario Manfro. Convido o Ver. Claudio Janta para fazer a entrega. (Palmas.)

(Procede-se à entrega da moção de solidariedade e o registro fotográfico.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, da Rádio Câmara, presencialmente e das plataformas digitais; pouco antes nós vimos vereadores serem agraciados com uma placa pelo transcurso dos 250 anos desta Casa, que está sendo entregue para todos os vereadores que cumpriram o seu mandato.

Logo depois, vocês viram nós todos juntos ali entregando um papel, mas que, para a cidade de Porto Alegre, para esta Casa, tem muito significado. Nós já aprovamos aqui, eu já aprovei várias moções de solidariedade dos colegas. Nós não temos uma moção de desculpa, nós não temos uma moção de reparação, mas nós temos a moção de solidariedade e nós resolvemos, por unanimidade, esta Casa, entregar uma moção de solidariedade ao ex-vereador desta Casa, Mario Manfro.

Nós vimos os 300 espartanos lutando bravamente, o que hoje está em livros, em filmes, peças de teatro, mas não vimos uma pessoa ter sua casa invadida pela polícia, seu consultório de trabalho, seu gabinete, com sua família, seus netos, filhos, esposa e todos vizinhos olhando, dizendo que essa pessoa tomava R\$ 300,00 dos membros do seu partido – não é nem de quem trabalhava, mas dos membros do seu partido. Essa denúncia que foi feita, foram feitas todas as diligências, foram quebrados os sigilos bancário, fiscal e telefônico do Ver. Mario Manfro e foi pedido o arquivamento pelo Ministério Público por falta de provas. Se mancha, se destrói a reputação de uma pessoa 15 dias antes da eleição; essa pessoa perde o seu pleito 15 dias antes por algo infundado. Nós tínhamos que entregar essa moção de solidariedade e pedir desculpas pessoalmente ao Mario Manfro, em nome do povo de Porto Alegre, por essa injustiça.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu acho que poucas vezes – tenho muitos mandatos nesta Casa, V. Exa. sabe – eu vi um momento de tanta justiça em relação a um ex-vereador, por sinal, é inédito esse movimento. Tudo isso que aconteceu com ex-vereador Mario Manfro, de quem eu tive a honra de ser colega nesta Casa, liquidou com a possibilidade de campanha eleitoral. Foi a 15 dias, Ver. Janta, da eleição. Como reparar isso? Nem está ao nosso alcance. Agora, a solidariedade que o Ver. Janta propôs ao sempre Ver. Mario Manfro, e foi aprovada aqui por unanimidade, prezado Presidente Hamilton Sossmeier, traduz o nosso sentimento, de que aquela injustiça, bárbara injustiça, que não houve nada nem no MP, nem no Judiciário, que sequer chegasse perto do que foi denunciado e espalhado, nós nos solidarizamos. O teu sofrimento, injusto, Mario Manfro, tocou a todos nós, e o Janta, em nosso nome, consegue trazer essa reparação. Parabéns, Ver. Claudio Janta, um abraço forte pelo sempre Ver. Mario Manfro.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Claudio Janta, eu acompanhei todos os acontecimentos nesta Câmara, o Ver. Mario Manfro sempre foi um colega correto, comprometido, leal, com uma postura educada, respeitosa – foi uma grande injustiça que aconteceu aqui nesta Câmara de Vereadores; então, eu agradeço de coração, pois nós conseguimos fazer um pouco do muito que é preciso ser feito. Que essa moção de solidariedade seja espalhada por todos os cantos do mundo, além das fronteiras do Rio Grande do Sul, porque nós sabemos o que foi o sofrimento para o homem, para o pai, para o marido, para o vereador, para o dentista Mario Manfro. Obrigada.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Eu que agradeço.

Vereador Airto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caro Presidente Hamilton, amigo Ver. Claudio Janta, esta tarde expressa um sentimento que todos nós tivemos e temos com o que se passou com um querido amigo, meu vizinho – nós nos conhecíamos antes de sermos vereadores –, que, através de uma tomada de posição que aconteceu 15 dias antes das eleições, trouxe, sim, seríssimos e graves prejuízos ao Ver. Manfro. Portanto, a Câmara está aqui expressando a nossa solidariedade a ele pelo que aconteceu, com a satisfação de tê-lo de volta aqui conosco, hoje, para comemorar essa decisão que se tomou. Portanto, parabéns a ti, à Câmara, ao nosso Presidente, à nossa Mesa; aquele abraço fraterno e carinhoso ao amigo Mario Manfro. Estamos juntos!

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Obrigado, Ver. Airto.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Claudio Janta, falo aqui em nome da bancada do PSDB, quero saudar o nosso Presidente Hamilton Sossmeier, e dizer assim, Mario Manfro, que

eu fico, por um lado triste por tudo que aconteceu com o senhor, uma pessoa íntegra, que a gente conhece a história; por outro lado, fico feliz por ter esse reconhecimento aqui nesta Casa. Não desista, continue lutando forte, temos muito pela frente; te deixo um grande abraço apertado, em meu nome, em nome do Ver. Moisés, em nome do Ver. Conselheiro Marcelo. Muito obrigado. Parabéns, Janta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Obrigado, Ver. Gilson. Parabéns a todos nós.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Janta, o senhor já deve ter ouvido mil vezes a história do travesseiro de pena jogado no ar. Isso foi o que aconteceu com o Ver. Manfro, nosso vizinho; nosso vizinho que conhecemos bem, que sabemos da sua reputação, da sua criação e do seu envolvimento com as pessoas que precisam. Quantos desses dinheirinhos denunciados ele deixou de cobrar das pessoas que não puderam pagar? Eu sei da história dele. Ele atende assim: se paga, pagou; se não paga, ele perde. Então, foi uma grande injustiça que aqui, dentro da Casa, V. Exa. corrigiu. Eu espero que seja corrigido na cidade de Porto Alegre também.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Então, Mario, eu acredito que, por unanimidade, nós aprovamos essa moção de solidariedade e, em nome de toda a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, nós prestamos solidariedade e homenagem aos teus netos, aos teus filhos, à tua esposa, a toda tua família, aos teus pacientes, à tua categoria, porque a gente sabe que sofreste por causa disso. O povo de Porto Alegre te pede desculpa, na tarde de hoje. Seja bem-vindo. Vida longa a ti e que tu não desistas da política e não desistas de seguir fazendo o bem às pessoas que mais precisam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Presidente, faço uma solicitação, não consultei o Ver. Janta nem o Ver. Mario Manfro, mas, há muitos anos, eu fui advogado do Conselho Regional de Odontologia e eu sei que lá a situação ainda é diferente. Eu peço que o resumo, a ata com as falas dos vereadores, seja encaminhado por esta Casa ao Conselho Regional de Odontologia – CRO, na Rua Vasco da Gama. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente; quero agradecer aqui ao líder do governo, o Ver. Cecchim, por me ceder este espaço de liderança. Eu quero aqui conversar com os vereadores e vereadoras, Presidente Hamilton,

porque eu recebi, às 14h, há pouco, uma notificação da Mesa Diretora, uma notificação que delibera o impedimento do acesso ao plenário de uma assessora minha por conta do pedido do Ver. Claudio Janta, pois entendeu que a atitude da minha assessora era desrespeitosa e discriminatória. Por isso, acato, Sr. Presidente, dentro de toda a legalidade com a qual esta vereadora tem sempre correspondido. E quero dizer que eu concordo totalmente contigo, Ver. Janta; concordo, concordo em número e gênero. Assessor, seja CC, seja concursado, não pode ser desrespeitoso ou descortês com vereador; não pode, não pode nem sentar nessas cadeiras. E, mais ainda, não interessa se o assessor concorda ou não com a ideologia do vereador, não pode ser desrespeitoso. E entendo como desrespeito ser debochado, fazer chacota, retrucar a fala do vereador, constranger o parlamentar com fotos ou com filmagens, ofender a honra, ofender a sua ideologia, espalhar *fake news* e tantas outras coisas. Assessor não pode extrapolar a sua função, ponto final. Foi bem o Ver. Janta. O assessor tem que atender o seu parlamentar, e ponto final; tem que auxiliar nas demandas que o parlamentar necessita, mas friso, em letras garrafais: o seu parlamentar. E quero lembrar também aqui que a mesma Mesa Diretora impediu, e ainda está impedida de ingressar neste plenário, a assessora nomeada pelo senador Luis Carlos Heinze, que, nas segundas e quartas-feiras, me assessora na parte parlamentar. Isso porque é de interesse do senador conhecer e saber mais sobre Porto Alegre e é interesse desta vereadora a ação tão bem qualificada da assessora, que também está proibida de ingressar no plenário.

Nesse sentido, caro Presidente, Mesa Diretora e vereadores, eu quero saber por que nesta Casa existem dois pesos e duas medidas. Eu estou classificando, informando e registrando que a Mesa Diretora está com dois pesos e duas medidas. Exemplifico: o Ver. Janta fez um pedido de providências para a nobre Mesa Diretora a respeito de atitudes incompatíveis de uma assessora minha; da mesma forma, no dia 14 de agosto, eu também fiz um pedido de providências a respeito de um assessor da Ver.^a Mari Pimentel e eu não recebi nenhuma resposta condizente, ou pelo menos no mesmo nível de proporcionalidade que duas assessoras minhas tiveram. No dia 18 de agosto, novamente, só que dessa vez eu e o Ver. Idenir Cecchim também fizemos o pedido para a Mesa a respeito do mesmo assessor da Ver.^a Mari, que, não contente da primeira vez, porque não foi barrado, continuou fazendo a mesma coisa, e também fizemos o pedido; proporcionalmente, nada, Ver. Janta. Agora, por último, no dia 23 de outubro, também eu e o Ver. Idenir Cecchim fizemos um pedido de providências a respeito de um assessor do Ver. Jonas e também nada aconteceu. Aliás, desses, o que aconteceu foi o encaminhamento da Ordem de Serviço nº 11 para todos os vereadores, regulando a forma de atuação dos assessores dentro do plenário. Eu não quero acreditar, vereador-presidente da Câmara, que a Mesa Diretora é machista ou misógina, ou também não quero acreditar que a Mesa Diretora está fazendo alguma coisa para com a minha pessoa, porque eu tenho o mesmo nível de entendimento, de atuação e de poder dentro desse plenário, como o Ver. Janta, e eu tenho certeza que o senhor vai concordar comigo, mas as coisas não estão iguais, e devem ser iguais. Não pode assessor constranger, não pode assessor retrucar, não pode assessor extrapolar a sua função – eu vou pedir para passar um vídeo – e também

não pode assessor bater na plateia que está sentada, porque assessor vai aí, bate e se cuida. (Apresenta o vídeo.) Está até sem som, porque não precisa o som, mas isso não pode. Nós estamos com dois pesos e duas medidas, e não é engraçado, isso extrapola o senso de civilidade que esta Casa deveria estar permeando. Então, muito obrigada, Presidente, por um minuto a mais; obrigada, Ver. Idenir Cecchim, que todos nós coloquemos o dedo na consciência, porque ninguém aqui é melhor que ninguém; se o assessor deve respeito ao vereador, o vereador também deve respeito ao assessor e muito mais à plateia. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Só falta mais uma, pelo que a senhora fala, para senhora pedir música para o Fantástico. São dois assessores... O reflexo da assessora é o reflexo da vereadora – é o reflexo da vereadora. O que me estranhou aqui foi a vereadora usar o tempo do governo, que eu ajudei a eleger. Isso que me estranhou! Interessante! Muito interessante, líder do governo, a vereadora usar o tempo do governo para bater no ex-líder do governo e para bater num assessor desta Casa que estava defendendo o seu vereador – esse é o papel do assessor, defender o seu vereador, assessor não tem que ficar aqui debochando de vereador, perguntando para o João Bosco Vaz quem ele é. “Quem és tu?” O que é isso? O que é isso? A assessoria da vereadora é o reflexo dela; o meu assessor é o meu reflexo, porque eu fui lá defender dois vereadores que estavam apanhando, e farei isso com qualquer um, com qualquer um! Vou dizer o que eu disse para sua assessora ontem.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Comandante Nádia.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): (Expressão retirada por determinação do orador.), eu estou falando!

(Aparte antirregimental da Ver.^a Comandante Nádia.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Contigo, entendeu? Eu sou igual a ti, entendeu? Eu estou falando, então, tu ouves, aprende a ouvir, tu não estás no quartel, tu não estás na caserna, tu não és maior do que ninguém, tu mesmo disseste, aprende a ouvir primeiro. Não usa o teu escudo de mulher para cima de mim, não usa o teu escudo de mulher, porque no meu partido a vice-presidente é mulher, a tesoureira é mulher, a secretária-geral é mulher. Na minha casa quem manda são as duas mulheres. Então não usa escudo de mulher para cima de mim, que comigo esse escudo não pega, e eu não sou brigadiano para fazer ordem-unida para ti; não sou brigadiano, sou vereador, como tu, fui eleito, estou aqui com voto popular. E quero dizer que, se tu não tiveste capacidade nas tuas denúncias, que tu apresentaste aqui, eu não posso fazer nada. Agora, a tua assessora me desrespeitou, desrespeitou os vereadores, porque, quando o Ver. Aldacir Oliboni

estava falando aqui, ela nos mandou calar a boca, sim, só que eu me ofendi. Eu me ofendi, e depois ela perguntou quem era o Ver. João Bosco Vaz, um dos decanos desta Casa. Se ela não conhece o Ver. João Bosco Vaz, ela não conhece ninguém aqui nesta Casa. E eu já estou apresentando... Eu ia até deixar, porque eu sou uma pessoa de bom coração, eu não consigo levar, eu estou me entregando à espiritualidade dois dias da semana, sou uma pessoa que está ajudando outras pessoas, então eu ia deixar assim mesmo, mas eu estou começando a achar pouco uma semana só, porque a assessora é o reflexo da vereadora. A vereadora falou o tempo inteiro, eu fiquei olhando para ela e várias vezes apoiando, várias vezes apoiando na sua fala, agora, a vereadora querer usar um incidente nesta Casa, que levou o Ver. Idenir Cecchim a colocar vidros nesta Casa em função dos incidentes que aconteceram, que foram agredidos dois vereadores nesta Casa... Eu tive a sorte, ou a “dessorte”, de estar na tribuna nas duas vezes em que esta Casa foi invadida, então eu acho que esse vidro evitou não somente de os vereadores terem que se defender lá fora... O Ver. Tiago Albrecht, segunda-feira, foi lá fora porque um cidadão faltou o respeito com ele, e outros vereadores, inclusive de outros partidos, foram junto não para brigar com o Ver. Tiago, mas para apoiar o Ver. Tiago Albrecht. Isso aqui é um Parlamento, nós representamos a sociedade de Porto Alegre, as pessoas que aqui estão, que aqui vêm e merecem respeito. Os vereadores mais antigos, o Ferronato e o Ver. Pedro Ruas lembram de mim quando eu estava ali nas galerias. Lembram de mim do tempo que eu vinha para cá lutar pelos comerciários, porque era uma atrocidade, Ver. Cecchim, esta Casa decidir o que abria e o que não abria; pela tarifa de ônibus, que era uma atrocidade nós decidirmos a tarifa de ônibus. Eu estava nas galerias, nunca faltei com o respeito a um vereador estando nas galerias. Sempre respeitei os vereadores. Saíamos daqui, e o nosso maior adversário virou um grande amigo nosso, o Isaac Ainhorn, que dizia para nós: “Hoje, vocês vão perder.” O falecido Isaac Ainhorn dizia, me chamava: “Vem cá, hoje, vocês vão ganhar. Aproveita!” Então, nós sempre tratamos todos com respeito. Eu não fiz nada perseguindo ninguém, eu não fiz nada. Agora, mandar vereadores calarem a boca, seja quem for, dizer que não conhece um decano desta Casa que é o Ver. João Bosco Vaz, que já foi secretário, já foi uma série de coisas no Município de Porto Alegre, realmente, merece um castiguinho, como eu dei para a Linda hoje de manhã: quando eu saí de casa, tirei o celular dela; depois, eu disse para a mãe dela devolver uma horinha depois. Merece um castiguinho. Agora, nós não viemos aqui para debater as questões que ocorrem entre nós e as posições antagônicas que têm da galeria; nós viemos aqui para debater o que ocorre nesta Casa. Eu vou debater com o prefeito quando alguém usar o tempo do seu governo, que eu ajudei a eleger, porque quando eu estava com o prefeito e ninguém estava com ele, as pessoas estavam cuidando das suas vidas, o meu partido foi o primeiro a dizer que o Melo seria o nosso candidato a prefeito. E, hoje, eu vejo o meu governo, que eu ajudei a eleger, vir à tribuna falar deste vereador, sendo que nós temos vários vereadores aqui. A vereadora só se deu o trabalho de dizer que o Jonas a filmou, só se deu o trabalho disso. Em três anos aqui na Casa, pelo jeito, só foi comigo que a vereadora teve algum problema. Melhor, a sua plateia teve algum problema, porque eu nunca tive nenhum problema com ninguém aqui. Nós temos embates aqui na tribuna, saímos daqui e já nos

abraçamos, começamos a rir. Isso já aconteceu, inclusive comigo e com o Comassetto. Chegamos a ir até para as vias de fato, nós dois, logo que aqui chegamos, e hoje vivemos harmoniosamente, e já aconteceu entre vários membros desta Casa. Agora, o governo ceder seu tempo para o governo bater num vereador da base me surpreende muito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Eu acredito que o Ver. Janta se excedeu na fala dele e eu gostaria que ele retirasse da sua fala o (Expressão retirada por determinação do orador.), porque o respeito tem que começar pelos vereadores, e eu não sou vereadora de receber um “cala a boca” de ninguém, nem dos meus pais eu recebi. Então vou dar a chance de o vereador vir retirar, porque nunca falei dessa forma, aliás acho que nunca falei ...

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Eu retiro e me dá um abraço aqui. (Palmas.) Tirar o (Expressão retirada por determinação do orador.), não; me dá um abraço e pronto!

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadoras, vereadores, há muitas coisas a serem aqui debatidas, como por exemplo, o seguimento das regras, mas essencialmente das leis e das normas. Muito já se debateu, nesta Casa, a introdução ou proibição, retirada de temáticas na sala de aula, principalmente nas questões que dizem respeito ao quadro de disciplinas do ensino fundamental, porque nós podemos legislar aqui fundamentalmente sobre ensino fundamental, já que este é da rede municipal. Eu quero lembrar aqui a figura do Ver. José Waldir, vereador, professor como eu, e nós sempre insistimos, Ver. Alex, com o cumprimento da LDB. A LDB nos ensina que a educação deve ser da família e do Estado. O Estado é importante, por isso que o governo do Presidente Lula fez mais de 200, quase 300 escolas técnicas no Brasil, por uma necessidade imperiosa – e essa é a função do Estado. Abrir escolas infantis – alguns chamam de creches da primeira infância – e escolas fundamentais na periferia são ações do Estado, da Prefeitura de Porto Alegre, no caso do ensino fundamental, e a LDB diz e disciplina, através de órgão federal, quais são as disciplinas. Tivemos o embate sobre a retirada do Espanhol, sobre a retirada da Filosofia, retirada da Sociologia, etc. e tal. Agora, no art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB é claríssima: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” – e assim vai adiante a nossa LDB, que garante um padrão de qualidade e de valorização da

experiência escolar e extraescolar. Eu tomo essa questão, em liderança do Partido dos Trabalhadores, por deferência do meu líder Jonas Reis, do Ver. Oliboni, do Ver. Engº Comassetto, nossa bancada preocupada com a norma, com as coisas regradas, decididas, normatizadas pela LDB e pelos órgãos de educação em nível nacional que regram os currículos, o que pode e o que não pode. Não aceitamos censuras, é livre o pensamento. Antigamente, dizia-se, Ver. Cecchim, era livre a cátedra. Eu sou do tempo, quando entrei na faculdade, que ainda tinha o peso de chumbo das cassações, como de Ernani Fiori, para dar o exemplo de um dos maiores intelectuais do Rio Grande do Sul. Mesmo discordando de um ultraconservador como o Câmara, que por ele nós não tivemos Simone de Beauvoir aqui na nossa universidade, disse aquela barbaridade, chamou-a de rameira; essas coisas não vão mais acontecer, não podem mais acontecer! O Rio Grande que se vangloria de suas façanhas não pode fazer as coisas do avesso, censurar, proibir, manietar professores e perseguir professores e o livre pensamento. Viva a democracia! Viva a liberdade de pensar! Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver. Pedro Ruas, o senhor é o nosso decano aqui, junto com o Ver. Ferronato, mas eu acho o senhor é mais antigo ainda, assistimos aqui a um abraço do Ver. Janta e da Ver.^a Comandante Nádia que já pagou a tarde. Acho que é assim que devemos conviver.

Eu queria falar de uma coisa para essa plateia que está aqui: eu tive a honra de ter sido secretário do prefeito Fogaça, eu tive a honra de ser colega de secretariado de uma pessoa que vocês conhecem, o Dr. Nelcir Tessaro, nosso ex-vereador, nosso ex-presidente da Casa, e sabemos da luta que ele teve, e continua até hoje, sendo assessor da liderança do governo para que fosse atendida essa solicitação. Ver. Vitorino, todos nós aqui queremos construir, é uma dívida que a cidade tem com a Dona Lurimar, com ela e com a sua gente. Vocês acreditam que a esquerda impediu – porque foi a esquerda que entrou na justiça – que se vendesse o prédio da antiga SMOV para construir casas para vocês, para quem merece? A esquerda entrou na justiça! E pior ainda, alguns vereadores foram abraçar o prédio como se fosse patrimônio histórico, como se representasse alguma coisa. Para nós, quem representa alguma coisa são vocês, que precisam de casa; quem representa alguma coisa são aqueles que não têm onde morar, são aqueles que estão esperando, há 20 anos, no Barcelona. E esse leilão seria, e vai ser usado – porque eu acredito na justiça ainda, que vai ser cassada essa liminar – esse dinheiro para construir lá no Barcelona, está definido em lei e vai ser feito! Não há esquerda, não há instituto dos arquitetos, que já tinha perdido, e aí entraram, no domingo de noite, com um outro juiz, ou juíza, eu não sei quem é, para impedir. É inacreditável que a esquerda não queira habitação popular! A esquerda não quer! A esquerda quer ter gente sem casa para morar para poder ir lá e mentir em época da eleição! Mais de 250 famílias, me diz o Ver.

Conselheiro Marcelo. Então, o que nós queremos dizer aqui é que se fala uma coisa e se faz outra pelas costas, foi o que fizeram com vocês. Anotem aí o nome desses vereadores da oposição; não é só vereador, tem mais outros institutos travestidos de instituto de profissionais que tentaram barrar esse leilão. Eu volto a dizer: o recurso já está carimbado, já está garantido para construir o Barcelona – garantido! E a esquerda impediu. Nosso ex-vereador, Nelcir Tessaro, continue com essa briga, continue, esse povo acredita no senhor, acredita no prefeito Melo, acredita naqueles que se preocupam em dar moradia e não com aqueles que se preocupam em fazer voto em cima da desgraça dos outros. É disso que nós temos que nos lembrar, é disso que nós temos que nos lembrar: eles não queriam que fizessem os apartamentos para 250 famílias com este prédio que está lá abandonado, que já não servia mais, era ultrapassado, num lugar muito bom para uma empresa ou para sei lá o quê, e que eles não quiseram para não dar moradia para essas pessoas que precisam. Mas não percam a esperança. Nós estamos juntos, todos nós aqui, todas as pessoas de bem, todos os políticos de bem estão juntos para que se faça, para que se cumpra, para que se atenda essa promessa e essa convicção que nós temos, e o merecimento que vocês têm da Casa. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier, quero agradecer ao nosso líder da bancada do PSDB, Ver. Gilson, por me ceder o tempo de liderança, juntamente com o Ver. Moisés Barboza. Neste tempo de liderança, eu me junto a esse movimento que se chama Barcelona, um movimento justo que, inclusive, foi votado nesta Casa, e 34 vereadores tiraram foto com o movimento no dia. Depois, Ver.^a Mônica, os mesmos que votaram, que tiraram foto, infelizmente... Tem um amigo meu, Ver. Moisés Barboza, que diz que a pior punhalada não é pela frente, é pelas costas; e foi praticamente nesse sentido.

Então, a bancada do PSDB está junto nessa luta, juntamente com outros vereadores aqui, pois não é um movimento político, e sim um movimento que luta há mais de 20 anos, principalmente na nossa região da Vila Farrapos. Dona Lurimar, por muitos anos a senhora fez essa luta e nunca ganhou nada. Durante todos esses anos, a senhora sempre deixou bem claro que nunca recebeu um cargo, nunca recebeu nada de político nenhum e sempre liderou com grande carinho e respeito todos esses moradores que estão aguardando. Vão ser meus vizinhos, estou muito feliz com isso. Acredito que vamos reverter essa situação e esse leilão vai sair, porque a moradia vai vir principalmente dessa ação que está sendo feita, da venda desse prédio, e também para a aquisição de outras moradias, de outros movimentos que aí estão também há tantos anos lutando, mas que se respeite a história de cada um de vocês que aqui estão e daqueles que já partiram; Dona Rute, que deve estar nesta luta junto com a gente aqui, porque é uma luta nossa, não é minha, é nossa, Tessaro também, todos têm uma parcela nessa luta. Inclusive, acredito que tenhamos que cobrar, sim, dessas pessoas que infelizmente não entenderam

a luta e a história de vocês. Nós entendemos e, com certeza, continuaremos lutando para que vocês sigam, e a senhora em vida ainda Dona Lurimar, consiga entregar as chaves para todos os moradores lá do movimento Barcelona I e II. Muito obrigado, Presidente, e demais vereadores que acreditam nessa história. (Palmas.)

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente em exercício, Ver. Moisés, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, sejam bem-vindos. Esta tribuna aceita qualquer versão sobre os fatos. Dá uma impressão, quando o líder do governo fala, e todo respeito que tenho por ele, de que, por culpa da esquerda, o antigo prédio da SMOV, ali da Av. Ipiranga, não foi vendido – patrimônio público; ou os moradores do bairro Barcelona não serão contemplados com o programa Minha Casa, Minha Vida, por causa da não venda daquele prédio. É mentira, *fake news*. Os projetos de habitação popular da Secretaria Municipal de Habitação de Porto Alegre – a grande maioria deles – encaminhados para o Ministério das Cidades já foram aprovados; na semana passada foram seis do programa Minha Casa, Minha Vida. Era isso que o governo tinha que dizer aqui, porque o governo Lula trabalha nessa questão e, através do programa Minha Casa, Minha Vida, já começa a contemplar Porto Alegre também. Seis projetos aprovados, e o André Machado me ligou parabenizando a relação que tivemos com o Ministério das Cidades para poder aprovar os seis. Tem que aprovar mais? Tem. Tem que ampliar mais? Tem. Quantos governos não fizeram nada nessa área? Muitos governos. E aqui, sobre o prédio da SMOV, Ver. Cecchim, quem entrou na justiça foi o Ministério Público do Estado, e o leilão do antigo prédio da SMOV foi suspenso. O que eles dizem? “Neste domingo, dia 26 [agora, domingo passado], a juíza Juliana Neves Capiotti, da 6ª Vara da Fazenda Pública, determinou a suspensão do leilão do antigo prédio da Secretaria Municipal de Obras e Viação – SMOV, marcado para acontecer na segunda, 27. A decisão é uma resposta a um pedido do Ministério Público Estadual que solicita uma verificação de valor cultural do edifício localizado na Av. Borges de Medeiros”. Vamos falar a verdade para a população: todos nós queremos que a grande periferia da cidade de Porto Alegre tenha mais dignidade, e é real isso, faltam vagas para a educação infantil, faltam postos de saúde, as pessoas ainda têm que madrugar para se consultar, demora-se anos para conseguir um especialista, uma cirurgia; a grande população que vive no entorno de Porto Alegre não tem transporte público – não tem transporte público! –, depois das 10h não tem mais ônibus, e as pessoas trabalham no centro da cidade, em vários bairros da cidade. O nobre prefeito tem que apurar o passo e olhar também para os mais pobres, essa que é a verdade. Mas quando se trata de programas dessa natureza Ver. Pedro Ruas, a culpada é a esquerda! Nós estamos aqui para fiscalizar e nós rodamos a cidade, sabemos com quem nós estamos falando, mas o

governo municipal só olha para onde? Para o 4º Distrito, o Centro Histórico, a orla do Guaíba, onde os mais aquinhoados, os que detêm o poder, que querem o controle e querem impedir o acesso dos mais pobres. Essa é a verdade! Portanto, nobre Ver. Cecchim, com todo respeito, quem impediu foi o Ministério Público e não os companheiros ou companheiras da esquerda. Essa é a verdade.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Só para ajudar, Ver. Oliboni, o que eu disse é que os vereadores de esquerda foram abraçar o prédio para não ser leiloado. Acho que o senhor não... O Ver. Jonas ou o Ver. Adeli, que eu estranhei muito.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente, nobres vereadores e vereadoras, hoje, 29 de novembro, nós comemoramos, Ver. Pedro Ruas, o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino. Essa data foi instituída pela ONU em sua resolução de 1977. Em nível estadual, temos um projeto que foi aprovado que estabelece o Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino. Hoje pela manhã, entreguei ao Presidente Hamilton Sossmeier o projeto, assinado por vários colegas desta Casa, aliás, ainda está aberto para que outros tantos assinem, para que a gente institua o dia municipal, dia de Porto Alegre, em homenagem a esse povo. Em 29 de novembro de 1947, a ONU, através da sua resolução e sem qualquer consulta, determinou que o território palestino fosse dividido em duas nações: o Estado de Israel e o Estado da Palestina. Menos de seis meses depois, em 14 de maio de 1948, o Estado de Israel foi instalado e reconhecido pela comunidade internacional; para que isso acontecesse, 800 mil palestinos foram expulsos de suas terras, mais de 500 vilarejos foram extirpados e muitos palestinos foram mortos. Passados 76 anos, o estado palestino não foi reconhecido pela ONU, ainda que 70% dos membros da Assembleia Geral da ONU, incluindo o Brasil, reconhecem a Palestina como um estado. A falta de apoio de países, como os Estados Unidos, faz com que a discussão avance. Nós defendemos a existência do Estado de Israel e defendemos a existência do Estado da Palestina. Em 29 de novembro de 2012, 65 anos depois da resolução da ONU que aprovou essa partilha, a Assembleia Geral da ONU, numa violação histórica, reconheceu os territórios palestinos, Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental, como estados não membros da ONU, como estados observadores. Com a mudança de *status*, os palestinos podem participar das agências, do sistema da ONU, com a possibilidade de recorrer aos organismos da ONU, da corte penal internacional e protestar, pedir sanções internacionais, ou mesmo solicitar intervenções. O povo, que lutou, que luta pelo seu reconhecimento, pelo seu território, pelo acordo de Oslo, constitui a Autoridade Nacional Palestina num prazo de cinco anos; findado os quais, seria criado o Estado da Palestina. Nós, nesse momento, estamos passando por esse momento histórico; hoje, inclusive, nós temos um ato, a partir do Glênio Peres, que eu convido a todos que nos assistem a estarem

lá. para pedir que esse cessar-fogo, essa trégua que foi dada esta semana, seja permanente. Nós defendemos a paz, nós queremos a paz no Oriente Médio – é isso que nós queremos.

Para concluir, eu quero aqui, Presidente, me socorrer de alguns segundos para dizer também que, recentemente, no dia 25 de novembro, no último sábado, foi o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher. Nessa data nós acompanhamos, perplexos, o pedido de reintegração de posse, movido pela Prefeitura de Porto Alegre, à Casa de Referência Mulheres Mirabal. Essa casa leve o nome das duas irmãs assassinadas; por conta disso, em homenagem a elas, as irmãs Mirabal, o dia 25 de novembro referenciamos a essas mulheres. Essa casa, que hoje presta um atendimento, que acolhe as mulheres da nossa cidade, teve solicitada a reintegração de posse. Qual é mesmo problema? É uma questão patrimonial? A questão patrimonial da Prefeitura não pode se sobrepor à vida das mulheres, até porque a Prefeitura, todos sabemos, abre mão de isenções fiscais, diga-se de passagem, sem transparência, e justifica políticas sobre as contrapartidas que não nos dizem. São recursos vultosos que deixam de entrar nos cofres públicos e que afastam os investimentos em políticas públicas, por exemplo: estimular mais programas de enfrentamento à violência contra a mulher. Portanto, eu termino aqui dizendo: políticas públicas se fazem com investimento público, para ampliação e não para redução de espaços, para acolher as mulheres vítimas de violência. Acho que a polêmica criada sobre a formação do Pix... Eu não me posicionei sobre isso, mas eu quero dar o recado: Sr. Prefeito, eu acho que política pública se faz com políticas públicas e não com a indicação de Pix para a conta pessoal dos seus assessores. Muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente em exercício, Ver. Moisés Barboza, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra, já para dizer, vocês do Barcelona sabem quem é quem, sabem quem está com vocês. Nós estamos com vocês. Acho mais, quando morar é um privilégio, ocupar é um direito. Mas eu quero fazer o registro breve, Presidente, também sobre esse 29 de novembro, querida Fran Rodrigues, para dizer que a Ver.^a Abigail foi feliz nesses registros. Eu quero acrescentar que o mundo todo, hoje, Ver. Oliboni, no dia de hoje, 29 de novembro, olha para o Oriente Médio e verifica, naquela tragédia social, que continua a omissão brutal dos poderes constituídos unilateralmente em organismos que deveriam ser multilaterais. A própria ONU, nesse sentido, poderia ter providências urgentes no sentido de cumprir o que ela própria determinou, a existência e coexistência pacífica de dois estados: o Estado da Palestina e o Estado de Israel, com áreas delimitadas, com independência, soberania e proteção da ONU, Ver.^a Biga, exatamente como disse Vossa Excelência; então, todos nós que, de uma forma ou de outra, temos compromisso com a justiça e com a causa da Palestina, nesse sentido, há décadas desrespeitada, há milênios espezinhada, aí são mais de 2 mil anos, temos esse compromisso. E o dia 29 de novembro, aqui marco, Presidente, e já encaminho o encerramento do pronunciamento, um compromisso nosso. Nós não descansaremos,

nós não teremos qualquer repouso, vereador, nós nunca pararemos, enquanto não existir o estado soberano independente da Palestina. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): (16h18min)
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que o PLL nº 403/22 seja a última matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Fran Rodrigues (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 082/21 por duas sessões.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fran Rodrigues. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo retificação do resultado da votação do PLL nº 140/22, o qual foi aprovado durante a 112ª Sessão Ordinária, realizada no dia 27 de novembro de 2023, apenas quanto ao placar de votos. A referida proposição foi aprovada por 15 votos “sim”, 12 votos “não” e 1 abstenção. (Processo SEI nº 212.00027/2022-76)

Apregoo as Emendas nºs 02 e 03, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro e da Ver.^a Fernanda Barth, ao PLL nº 342/21.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLL nº 185/21.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 185/21.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 185/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;

encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0349/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 178/23, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que estabelece o emprego da Terapia Assistida Animal (TAA) nas escolas municipais de educação infantil e de ensino fundamental. (SEI 024.00057/2023-90)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 30-10-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 178/23](#). (Pausa.) O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, em primeiro lugar, eu gostaria de saudar a população do Humaitá que está aqui presente, a Dona Lurimar. Quero dizer, Dona Lurimar, que a gente viu um abraço bonito aqui hoje na Câmara de Vereadores, entre a Ver.^a Nádia e o Ver. Janta, e vi também agora um abraço ridículo nas redes sociais do Ver. Jonas, que é o líder do PT. Eu até me admirei de o Ver. Adeli, por quem tenho uma grande estima, é um grande vereador, estar junto nessa foto. Eu acho que teve algum engano ali, dar um abraço ridículo em um prédio ridículo, um prédio que é um lixo. Se botar abaixo aquela porcaria e não tiver nada em cima daquele terreno, é melhor do que aquele prédio ali. É o tal do Instituto na foto, junto com toda a assessoria de um vereador do PT, apoiando a liminar que é contra os interesses da população do Humaitá e contra o Residencial Barcelona I e II. A verdade tem que ser reestabelecida aqui na Câmara de Vereadores. Então, saibam vocês que quem está contra, quem está junto nessa patifaria, é um vereador do PT. Aliás, eu respeito o Ver. Jonas, ali abaixo do plenário, ele é uma boa figura, mas, aqui em cima, ele faz esse tipo de galhofa. Desculpa, vereador; desculpa, Presidente, eu me passei. (Pausa.) É uma figura esdrúxula.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Gente, vamos respeitar o vereador que está na tribuna. Já foi solicitado que...

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Ver. Janta, o seu projeto é um grande projeto, e eu deixo aqui a sugestão para a gente votar por unanimidade. O seu

projeto é um grande projeto. Nós estamos juntos pela causa dos autistas, pessoas especiais, e os animais podem ajudar muito nessa causa. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Ver. Jonas, a gente já fez o pedido, Ver. Pablo, para se ater ao projeto; é pertinente a solicitação, o próprio vereador reconhece isso da tribuna.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLL nº 178/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**. Parabéns, Ver. Claudio Janta.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, eu não encaminhei em função de ser um projeto que eu tinha certeza que esta Casa iria aprovar, eu queria agradecer a todos aos pares por terem ajudado e permitido que crianças autistas irão para a escola junto com os seus *pets*, sabemos o quanto isso é importante para uma criança. Muito obrigado, Presidente.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0732/14 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 071/14, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que institui o Programa Municipal de Empreendedorismo. **(SEI 118.00051/2021-48)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Marcelo Sagarbossa: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Bernardino Vendruscolo: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relatora Ver^a Sofia Cavedon: pela rejeição do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela rejeição do Projeto (empatado).

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Felipe Camozzato (Líder da Bancada do NOVO);
- com Emenda nº 02, do Ver. Mauro Pinheiro (Líder da Bancada do PL) e da Ver^a Fernanda Barth;
- discutiram a matéria os Vers. Prof. Alex Fraga, Cassiá Carpes, Sofia Cavedon e Moisés Maluco do Bem em 09-02-17;
- adiada a discussão por cinco Sessões em 09-02-17;
- incluído na Ordem do Dia em 08-03-21.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o PLL nº 071/14. (Pausa.)

Vereador José Freitas (REP) (Requerimento): Presidente, queria solicitar aos colegas que o PLL nº 185/21, que obriga a divulgação dos serviços e dos profissionais especializados disponíveis para atendimento nas unidades de saúde da rede de Atenção Básica do Município de Porto Alegre – é matéria de jornal, falta de médicos, médicos se escondendo, tal e tal –, seja votado hoje, antes de encerramos a sessão. Eu não vou pedir para alterar a ordem, mas, se por um acaso chegar para o final, a gente votar hoje. É um pedido que eu faço. Se der para votar antes.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu gostaria de fazer uma solicitação ao Ver. José Freitas, talvez um pedido, que possa falar com o líder do governo e o líder da oposição para a gente antecipar o seu projeto. Só consultá-los para que a gente possa fazer essa alteração. Obrigado, Ver. José Freitas.

Vereador Alvoni Medina (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLL nº 042/23 seja a quarta matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Ver. Alvoni, eu lhe peço essa gentileza que, quando terminarmos de enfrentar o atual projeto, que já está em discussão, a gente possa apreciar o pedido do Ver. José Freitas e depois o de Vossa Excelência?

Vereador Alvoni Medina (REP): *Ok.*

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Lembro que o Ver. Prof. Alex Fraga, o Ver. Cassiá Carpes, a Ver.^a Sofia Cavedon e o Ver. Moisés Maluco do Bem discutiram a matéria em 9 de fevereiro de 2017.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 071/14.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Moisés Barboza, que preside a Casa neste momento, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença e também pela TVCâmara. O Ver. Márcio Bins Ely foi muito feliz ao apresentar esse projeto e a emenda que o acompanha. E digo por que, Ver. Tiago Albrecht, a quem vou conceder o aparte. Em discussão, eu posso conceder o aparte com muita honra.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Ver. Pedro Ruas, se me permite, na verdade, não é um aparte. Nós temos o nosso decano na tribuna e está um burburinho que eu estou na primeira fila e quase não consigo ouvi-lo. Eu acho que a gente pode, claro, é um Parlamento, as pessoas vão falar, mas, em respeito ao nosso decano, pouco se ouve

aqui da frente. As galerias também com muito barulho. Se o Presidente... Desculpe-me, Pedro Ruas, mas uma deferência a V. Exa., eu não consigo ouvir o argumento do nosso vereador. Obrigado. Desculpa interromper a linha de raciocínio.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Está registrado. O tempo do Ver. Pedro Ruas está pausado. Eu gostaria de solicitar – por favor, temos um vereador na tribuna – que as pessoas que quiserem discutir outros temas, nós temos uma sala maravilhosa aqui ao lado e podem também fazer a discussão, vou pedir para abrir, Ver. Claudio Janta, mas pode ser feita a discussão também nas nossas galerias. Por favor, Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Moisés Barboza, agradeço especialmente a consideração do Ver. Tiago Albrecht com este vereador e sigo. Serei breve, Presidente, porque o que nós temos que ter, muitas vezes faz uma diferença enorme, Ver.^a Mônica Leal, é na primeira formação das crianças e adolescentes, naquele período entre a escola fundamental e média, um incentivo...

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Só um pouquinho, por favor, vereador, eu estou até envergonhado. Por favor, tem um colega na tribuna, não dá para ficar gargalhando no plenário, interrompendo o colega, por favor, é feio, é chato, Desculpa, Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Imagina, obrigado, Ver. Moisés Barboza, por sua consideração também com este vereador. Quero saudar aqui o Vecchinho, vejo agora nas galerias, não havia visto, o José Vecchio Filho. Mas eu dizia que muitas vezes é esse incentivo, Ver. Cecchim, que faz uma diferença enorme, porque nós temos que ver que essas crianças e adolescentes sairão, Ver. Moisés Barboza, com uma formação, esperamos boa, em matemática, esperamos boa em português, esperamos boa nas demais matérias, geografia, história e tantas outras, mas também tem que haver um incentivo ao conhecimento, ao interesse pelas novas tecnologias e ao empreendedorismo que, muitas vezes, no caso desses gigantes do mundo todo, Ver. Alex Fraga, que é um professor e brilhante professor, começa justamente na adolescência. Então é uma fase da vida das pessoas, a infância e a adolescência, em que nós temos toda a nossa mente aberta para o conhecimento que vier, e é justamente o momento adequado, e aqui estou concluindo, para que haja também um incentivo ao conhecimento das novas tecnologias e ao empreendedorismo que as crianças, mais tarde adolescentes e depois adultas, podem ter. Parabéns Ver. Márcio Bins Ely, conte com o nosso apoio. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Nós que agradecemos, com o reforço do pedido de desculpas, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 071/14, por cedência de tempo da Ver.^a Fran Rodrigues.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Muito obrigado, Ver. Moisés, que preside nossa sessão neste momento; um agradecimento especial à minha colega de bancada, Ver.^a Fran Rodrigues, por ceder espaço neste período de discussão, já que eu já usei este momento em 2017, quando o projeto estava priorizado, discutimos, mas ele foi retirado da Ordem do Dia. Eu gostaria de fazer também uma saudação ao vereador autor do projeto, Ver. Márcio Bins Ely, e justificar o meu posicionamento. Nós, professores e professoras, atuamos dentro da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que estipula os componentes curriculares que devem ser trabalhados, todos os assuntos que precisam ser abordados. Muitas vezes, nós já temos conteúdos programáticos inchados, extensos. Eu voto contrariamente a todos os projetos de lei que vêm a esta Casa Legislativa e que visam a agregar novas atribuições, novos componentes e novas iniciativas nos currículos das escolas. Eu acredito que as escolas devem ter autonomia para gerenciar as suas práticas estudantis, docentes. Os projetos devem ser iniciativa das instituições escolares, e, por isso, o meu posicionamento. Mas faça uma ressalva de que é muito bem-vindo o assunto do empreendedorismo, assim como foi anteriormente, se não me falha a memória, um projeto de incorporação da educação financeira, proposto pelo ex-vereador Pablo Mendes Ribeiro, que também votei contrariamente sob as mesmas alegações.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas para contribuir com o debate. O art. 1º institui o Programa Municipal de Empreendedorismo a ser desenvolvido no âmbito das escolas. Então, quer dizer, não está incluindo no currículo escolar, é um programa que visa fomentar o empreendedorismo. Não sei em que termos que foi essa outra legislação a respeito da educação financeira, mas eu acho que ela alterava o currículo escolar, tornando obrigatório. Então, eu acho que nesse caso aqui tem por objetivo questões tecnológicas, enfim, atividade econômica, são outras finalidades que o programa tem por objetivo que seja incluído ali como, digamos assim, desenvolvimento no âmbito escolar, mas não é a alteração de currículo ou de grade escolar pedagógica, em torno de uma obrigação pedagógica. Fica para o debate a com a contribuição. Obrigado.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. Se for do entendimento da Secretaria Municipal de Educação que esse programa seja desenvolvido como atividade extracurricular, eu acho muito bem-vindo e bastante coerente com a linha de raciocínio que o senhor expôs. Mas me manifesto novamente na contrariedade à instituição de um programa uniforme, planejado, que ocupe tempo dentro da grade curricular básica das nossas escolas; mas se forem projetos, se o programa for desenvolvido como um projeto extraclasse, ele será muito bem-vindo às nossas escolas. Obrigado pela atenção de todos. Uma boa tarde de trabalho para nós.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 071/14.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Comungo com a posição, Ver. Moisés Barboza, do Ver. Prof. Alex. Nós não podemos inchar os currículos escolares com um conjunto de questões que nós achamos importantes, e às vezes elas são incrivelmente importantes. Pela redação que foi colocada, Ver. Mauro Pinheiro, de estimular a discussão sobre empreendedorismo, que seja uma atividade que perpassa os vários currículos e que tenham atividades extracurriculares, que se façam ações na comunidade, evidentemente que não há restrições. O problema, Ver. Márcio Bins Ely, é que a redação é ampla. Espero que, aprovada essa amplitude, não haja depois pressão sobre a Secretaria Municipal de Educação, nem sobre as escolas no sentido de que tenha uma disciplina específica, porque quem cuida disso é, de fato, como o que o Ver. Alex Fraga explicou didaticamente aqui, em sendo uma atividade de programa, mais ampla, que não seja imposta para a escola A, B, C ou D, tudo bem, nós podemos aprovar como um programa de incentivo do debate. Por exemplo, numa aula de aritmética, matemática, nós podemos discutir o empreendedorismo, o boteco da esquina, se ele colocar uma máquina de café, além do que ele já tem, o que é que isso significaria se ele vendesse 50 cafés por dia, quanto haveria de aumento no seu balanço no final do mês, tendo tanto de lucro sobre cada xícara de café – isso é uma discussão. Como você vai empreender, como você faz os cálculos de custo, de lucratividade sobre alguma atividade, ou atividades extracurriculares juntando, em determinados momentos, para fazer cursos com outras instituições, abrindo espaço. Bom, uma escola próxima ao Mesquita pode convidar um professor do Mesquita para discutir como é a questão da área da metalurgia, como você pode fazer uma pequena oficina para trabalhar um determinado tipo de equipamento que, às vezes, é complementar a uma grande indústria. Se for essa concepção, nós entendemos que um programa não há problema, o problema é que normalmente, Ver. Alex, se embutem programas para colocar no currículo escolar. Nós já tiramos do currículo o ensino da filosofia, da sociologia, de várias disciplinas superimportantes para colocar esse chamado “Novo Ensino Médio”, que foi a esculhambação que se criou, que o professor não sabia o que deveria dar naquela chamada disciplina que tratava de novos negócios, empreendedorismo, etc. e tal. Então, devagar com andar, eu acho que é um bom debate, caso seja aprovado, eu acho que o Ver. Bins Ely deve chamar uma discussão na Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude com a Secretaria Municipal e explicar claramente o seu desejo para que haja uma interlocução com a comunidade escolar. Nós não podemos entupir as escolas, os professores, os currículos com novas questões que não vão ajudar absolutamente em nada o ensino e aprendizagem; muito pelo contrário, o que nós estamos vendo hoje é que nós deixamos de fazer atividades de livre pensamento, atividades de reflexão filosófica, atividades de estudar um autor local. Ainda bem que nós conseguimos, Ver. Alex, manter o nosso projeto, esse do autor na escola, que é muito importante. Eu vi colegas, amigos meus, que foram discutir em algumas escolas, foi altamente envaidecedor pelo interesse que a juventude tem hoje na literatura, inclusive algumas literaturas consideradas, entre

aspas, marginais como é o Slam. Eu participei da feira do livro lá no GHC, houve três eventos, discussões com os jovens do Jovem Aprendiz, e a gurizada apresentou poesias magníficas nesse concurso de Slam, que teve lá. Então, se for por esse lado, para incentivar o livre pensamento e o empreendedorismo, nós estamos de acordo; mas, para colocar no currículo, jamais.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 071/14.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este debate, eu quero dizer que eu entendo a intenção desse projeto, mas, infelizmente, não posso concordar, porque nós temos a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, que preconiza para a educação pública um direito social: a formação do cidadão. E nós precisamos entender o lugar do homem e da mulher na sociedade. Nós produzimos a nossa existência através do trabalho, que é uma categoria importante; tudo o que se produz através do trabalho é ciência, tecnologia e cultura. A humanidade avançou produzindo e potencializando seus instrumentos de ação sobre a realidade, a construção dos seus conceitos de vida, de sociedade, a sua filosofia, a sua sociologia, as suas ideologias e as suas condições materiais e espirituais de existência, através do trabalho. Portanto, somos trabalhadoras e trabalhadores, não somos empreendedores. Essa categoria do empreendedorismo é restrita a um debate que existe, sim, do liberalismo, só que nós temos que pensar que a escola tem a pluralidade, e a escola pública trabalha majoritariamente com a classe trabalhadora, que é a classe que vive do trabalho, vive do seu suor, vive da sua produção em cima da cultura, da ciência e da tecnologia.

A humanidade avançou agindo sobre a realidade, transformando matérias-primas básicas em tudo isso que a gente conhece hoje que nos facilita a vida. Portanto, não é apenas um conceito filosófico, querido Ver. Márcio Bins Ely, é, na verdade, uma posição nossa diante desta realidade. Eu entendo que as pessoas precisam se instrumentalizar, aprender técnicas, aprender movimentações para agir na sociedade e ocupar espaços, mas não é na escola que nós vamos fazer a separação entre os sujeitos. Nós precisamos que o coletivismo seja perseguido. Portanto, uma educação, como direito para todas e todos, com um currículo regado na diversidade cultural, tecnológica e científica. Se nós tivermos sujeitos bem formados, construindo uma capacidade de intervenção crítica, reflexiva, autônoma, nós com certeza teremos sujeitos que vão ocupar, nesse sociometabolismo atual do capitalismo, espaço de liderança. Nós não precisamos trazer a égide do empreendedorismo para o debate na escola pública, porque ela se coloca fora da sociedade, ela se impõe, infelizmente. Nós precisamos, dentro da escola, fazer o debate de quem é o sujeito que estuda na escola pública e precisa que ela seja potencializada. Aí eu penso que nós precisamos que os nossos jovens tenham cada vez mais acesso à cultura e aos bens científicos. Como se acessa ciência, se as nossas escolas não têm laboratório? Como se acessa tecnologia, se as nossas escolas, 70% delas, não têm uma rede elétrica adequada? Apenas 10% delas têm uma internet razoável. Nós

estamos diante de um desafio que é de infraestrutura. Se nós não sanarmos e não garantirmos, de fato, o investimento na educação, e este Município deve mais de R\$ 300 milhões na educação, dinheiro do Fundeb, que não aplicou, está irregular. O prefeito Melo aplicou apenas 19% dos recursos durante o seu governo. Ele nos deve 11% de aplicação em educação. É neste debate que nós temos que nos ater. Então eu quero dizer que eu, aqui, tomo o sujeito educando, educanda, como membro da classe trabalhadora. Portanto, o seu instrumento de ação na realidade é o trabalho, não é a segmentação, a hierarquização. É por isso que, infelizmente, não votaremos nesse projeto no momento, mas a gente entende que tem uma intenção, uma tentativa de qualificação, mas eu, como doutor em educação, pelo acúmulo de debate nessa área, tenho que fazer esse posicionamento. Obrigado.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 071/14.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Moisés. Quero falar para o caro colega Ver. Márcio Bins Ely que o seu projeto é muito importante para Porto Alegre, e que o senhor não se preocupe, Ver. Márcio, que há uma ala de vereadores da esquerda que não querem votar no seu projeto porque é seu, pois se fosse deles, eles votariam, com certeza. O Programa Municipal de Empreendedorismo não tem obrigatoriedade, isso é o mais importante; tem a sugestão, instituindo para que seja utilizado nas escolas. Vejam bem, colegas vereadores, nós temos em Porto Alegre O Dia do Empreendedorismo Feminino, que se inicia no dia 19 de novembro; nós temos o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, que é dia 5 de outubro; nós temos a Semana Municipal do Jovem Empreendedor, de 1º a 07 de maio.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Um brevíssimo aparte, só para uma correção respeitosa. Vários de nós, inclusive eu, votamos com o Ver. Márcio Bins Ely nesse projeto. Obrigado.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada, vou fazer a correção aqui, Ver. Pedro Ruas; muito obrigada pelo seu aparte, obrigada pela correção aqui na minha fala. Alguns poucos que não entendem por certo a importância do empreendedorismo, e quero parabenizar aqui o Ver. Pedro Ruas e outros que votarão a favor do projeto. Um projeto que começa a falar, desde a infância, do empreendedorismo. O que está fazendo hoje a educação do nosso Município? Adquiriu livros de educação financeira, de educação da sua vida, do 1º ao 9º ano, porque entende que é importante, desde a infância, estar estimulando a questão da educação financeira, do empreendedorismo, para que o jovem – aquela criança que será adolescente e será o futuro da nossa cidade – possa ter o entendimento de que é através do trabalho, através de uma educação financeira saudável, que a pessoa consegue ter autonomia, independência e protagonismo na sua vida. Quero parabenizar o senhor por esse projeto. Veja bem, um

projeto que está sendo debatido desde 2017, no meu primeiro mandato, e que já era para ter sido aprovado, mas que por dificuldades às vezes desta Casa, de entendimento, de arquivamento, hoje, nós estamos fazendo esta votação. Quero parabenizar também a Ver.^a Fernanda Barth, que coloca uma emenda, também pela sua solicitação, que corrige o projeto e que nos deixa muito mais tranquilos em aprovar. Quero destacar que, na Frente Parlamentar do Empreendedorismo e da Desburocratização, presidida por esta vereadora e composta por tantos outros vereadores, discutimos exatamente essa questão. Os empreendedores entendem que, na escola do ensino municipal, as crianças e os adolescentes têm que ter o direito de aprender sobre educação financeira para que tenham um rumo muito melhor na sua vida e sobre empreendedorismo. Então, vereador, é “sim” às emendas também do Ver. Felipe Camozzato, do Ver. Mauro Pinheiro, da Ver.^a Fernanda Barth e do seu projeto. Parabéns! Muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 071/14.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente em exercício, Ver. Moisés, colegas, pessoas que nos assistem. Eu, talvez pela minha origem de jornalista, me preocupo muito com a interpretação das pessoas em termos de textos, projetos e falas. Vejo que algumas pessoas que utilizaram a tribuna não entenderam o projeto do Ver. Márcio Bins Ely ou interpretaram de forma equivocada. Eu me sinto na obrigação de utilizar a tribuna para dizer que essa matéria que o Ver. Márcio coloca em seu projeto traz como projeto empreendedorismo, de forma alguma, é para colocar no currículo escolar, até porque nós não temos essa competência, isso é de âmbito federal. O Ver. Márcio Bins Ely, assim como eu, que trouxe a matéria educação digital, que hoje é lei que permite que as escolas do Município de Porto Alegre tenham a temática, possam oferecer aos alunos a educação digital, através de disciplinas transversais. Não é colocar no currículo; é uma disciplina fora do currículo, através de debates, de discussões, de oficinas. Para que isso? Com o objetivo de despertar vocações, com o objetivo de despertar uma cidadania empresarial, empreender, fomentar, incentivar, educar, promover ações, realizar discussões, amplos debates com os alunos – esse é o objetivo.

Inclusive, eu estava lendo a exposição de motivos do Ver. Márcio Bins Ely, que é exatamente o que eu estou falando aqui; como eu defendi a educação digital, ele coloca que busca estimular o desenvolvimento econômico e social da capital dos gaúchos, bem como o crescimento local da Região Metropolitana através do ensino, para que crianças, jovens e adolescentes tenham despertado em si o empreendedorismo. Nós temos que, cada vez mais, entender que é necessário empreender vocações.

Também gostaria aqui de deixar claro, mais uma vez: não é modificar o currículo escolar, não é inserir no currículo; é disciplina transversal, ou seja, através de temáticas como debates, jogos com as crianças através do tema. Então, é uma temática de ensino. Importante que todos tenham a consciência que estarão votando em algo que, no momento, é extremamente importante: empreender, trabalhar, preparar as pessoas para

um futuro. Nós estamos, cada vez mais, assistindo pessoas formadas em faculdades procurando emprego. Eu conheço pessoas que estão fazendo Uber e que são formadas em psicologia, o que significa que nós temos que focar em áreas que até então não eram prioridade, empreender, preparar pessoas para o futuro. É isso, obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o PLL nº 071/14. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Moisés Barboza, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os vereadores e as vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores; eu venho a esta tribuna aqui também no sentido de encaminhar pela aprovação do projeto de lei de minha autoria, protocolado em 2014, Ver. Moisés, alguns vereadores já defenderam em tempos passados, alguns até já nem são mais vereadores, mas aqui na Casa, às vezes, para amadurecer uma ideia, nós temos que maturar um tempo. Hoje, inclusive, tivemos divulgado na mídia, ampla divulgação, sobre o projeto de lei construído nesta Casa por inteligência artificial. Eu quero dizer que a nossa iniciativa, o nosso intuito neste projeto, está resumido aqui (Lê.): “Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Empreendedorismo, a ser desenvolvido no âmbito de escolas de nível médio do Município de Porto Alegre. Art. 2º O Programa Municipal de Empreendedorismo tem por objetivos: I – estimular o desenvolvimento do Município de Porto Alegre como um todo, bem como o desenvolvimento local; II – contribuir para a formação da base tecnológica; III – fomentar a atividade econômica; e IV – apoiar a criação e a gestão de pequenas empresas. [Acho que todos esses objetivos aqui dialogam com o futuro.] Art. 3º A implantação e a execução do Programa Municipal de Empreendedorismo terão como diretrizes [Ver.^a Comandante Nádia, a quem eu agradeço aqui, Ver.^a Mônica, demais vereadores que corroboraram aqui no sentido de construir um entendimento em favor do projeto]: I – criar incubadoras empresariais dentro das escolas integradas; II – capacitar o corpo docente das escolas mencionadas; III – orientar o ensino para acompanhar novas tendências tecnológicas; IV – estimular a realização de pesquisas, experimentos e atividades que visem ao aprimoramento de ideias e à concretização e ao efetivo funcionamento dos negócios implementados; V – promover a entrada de novos produtos e serviços no mercado; e VI – realizar convênios e acordos de cooperação técnica com órgãos e instituições oficiais e privadas, visando a estabelecer parcerias e ações integradas para o desenvolvimento.” Então, eu vejo que a nossa sociedade, e quem hoje lida com inteligência artificial sabe que, de três em três meses... Há três meses, o mundo em que nós vivíamos era outro; as coisas acontecem de maneira muito rápida. Eu presido aqui na Casa a Frente Municipal de Incentivo ao Cooperativismo. Hoje, na OAB, eu participava de um seminário sobre fiscalização de conselhos profissionais, Ver. Jonas, e a gente acompanhou ali uma palestra do Sicredi, que hoje trabalha com inteligência artificial. Se eles não tivessem investido em tecnologia, sabe quantos funcionários teriam que ser

contratados hoje, só para fazer esse trabalho que eles fazem, em nível tecnológico? Mais de 400 funcionários. Sob o ponto de vista da geração de emprego e renda, para nós é um gargalo, cria uma dúvida, é uma preocupação, mas não tem como segurar o transcurso do rio, ele vai passar. Então, dizer que algumas situações tecnológicas que chegaram durante a pandemia vão ser revertidas, não vão mais. Existem alguns hábitos que não se modificam. Está aqui: a nossa sessão plenária segue híbrida e vai continuar híbrida, porque hoje a tecnologia trabalha em função das pessoas, em função da qualidade de vida, em função do desenvolvimento, da geração de emprego e renda, é o que mais se visa, sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações. Então acho que nós incentivarmos um diálogo das nossas gerações com o futuro, prever ali noções de empreendedorismo, tudo isso vai agregar valor à formação dos nossos jovens; e não concorre aqui, Ver. Prof. Alex, com a questão pedagógica formal, de critério, de currículo escolar. É apenas para dizer: opa, atenção, é necessário que tenhamos uma política pública que coloque o empreendedorismo como uma prioridade no desenvolvimento da pessoa humana e dos nossos jovens. Então, é nesse sentido que a gente traz a contribuição ao debate, que a gente reitera aqui a importância da aprovação do projeto. Solicitamos aos nossos nobres pares que possamos vencer essa matéria, aprovar essa matéria, que ela passe a constar na agenda positiva da nossa cidade. Pela atenção, muito obrigado, boa tarde a todos.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 071/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária dos vereadores Prof. Alex Fraga, Fran Rodrigues, Jonas Reis e Roberto Robaina.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 071/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária dos vereadores Prof. Alex Fraga, Fran Rodrigues, Jonas Reis e Roberto Robaina.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, o PLL nº 071/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**. Parabéns, Ver. Márcio Bins Ely!

Eu assumi um compromisso com dois vereadores autores: após a apreciação do projeto do Ver. Márcio Bins Ely, votaríamos os requerimentos. Só para explicar, houve um requerimento para que o PLL nº 358/23 fosse substituído pelo PLL nº 488/21. *A posteriori*, o Ver. José Freitas requereu que o PLL nº 185/21 fosse apreciado logo após o PLL nº 488/21. O Ver. Alvoní Medina requereu que o PLL nº 042/23 fosse apreciado logo após o PLL nº 185/21. Esses foram esses os requerimentos encaminhados. Por favor, está aberto o microfone de apartes.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Meu caro Presidente, eu quero aqui fazer um registro: o PLL nº 066/22, de minha autoria, e eu estou presente, e ele já foi, por algumas vezes, adiado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Não, mas ninguém mexeu no seu projeto.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Mas me parece que, em cada sessão, existem alguns projetos que são levados para frente, porque qual o motivo de votarem os anteriores, os posteriores, antes do PLL nº 066/22, de minha autoria? Está errado isso. Não pode.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Concordando com a explanação de V. Exa., não houve nenhum pedido, pelo menos na tarde de hoje, de alteração para que o próximo seja o seu. Eu só estou esclarecendo a partir do PLL nº 358/23, que é o próximo, após o de Vossa Excelência.

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Presidente, aqui é a Ver.^a Fernanda Barth. Eu só pedi alteração de ordem entre dois projetos meus. Aliás, um é de minha autoria, o PLL nº 358/23; e um não é meu, mas eu o estou encampando; ou seja, se o PLL nº 488/21...

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Ver.^a Fernanda, não há necessidade, porque a sua alteração já está aprovada. Eu só fiz questão de dividir com os colegas como está a priorização, a pedido do Ver. Giovanni Culau.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente Moisés, aproveitando o gancho do que disse o Ver. Ferronato, um problema que às vezes dá a impressão de que o projeto não anda é o sem-fim de homenagens e outros penduricalhos que fazem parte também, evidentemente. É por isso que não anda. Às vezes, na segunda-feira, a gente abre a Ordem do Dia faltando 15 minutos para as 18h. Aí vota um, vota um e meio, não vota e vai sendo postergado. Então, às vezes, dá a impressão de que não é votado, mas talvez a culpa seja deste Parlamento mesmo que não dá celeridade para os demais, para a Ordem do Dia. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Conforme os requerimentos aprovados, nós enfrentaremos agora o PLL nº 066/22, de autoria do Ver. Aírto Ferronato. Depois, enfrentaremos o PLL nº 488/21, solicitado pela Ver.^a Fernanda Barth. Em seguida, trataremos do PLL nº 185/21, de autoria do Ver. José Freitas; depois, do PLL nº 042/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina; depois, voltaremos à ordem, com o PLL nº 403/22, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado, diretor Luiz Afonso.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0129/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 066/22, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que estabelece a cassação do alvará de localização e funcionamento dos postos de combustíveis localizados no Município de Porto Alegre que adquirirem, distribuírem, transportarem, estocarem ou revenderem derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidrato carburante e demais combustíveis líquidos carburantes adulterados. **(SEI 019.00015/2022-83)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Bosco Vaz: **pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;**
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Moisés Maluco do Bem: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Felipe Camozzato;
- adiada a discussão por três Sessões em 23-10-23;
- adiada a discussão por uma Sessão em 22-11-23;
- incluído na Ordem do Dia em 08-03-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 066/22](#). (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, conversando aqui com o vice-líder da oposição, também, nós estamos chegando a um acordo para fazermos a reunião conjunta das Comissões na próxima quarta-feira. Para dar tempo à Diretoria Legislativa, nós estamos solicitando que cada vereador apresente um projeto até sexta-feira – se não entrar até sexta-feira, fica fora.

Vereador Hamilton Sossmeier (PTB): Sr. Presidente, só fazer uma observação. Nós tínhamos combinado para o dia 11, mas houve uma solicitação de alguns vereadores para nós anteciparmos. Considerando que segunda-feira que vem fica muito em cima para a Diretoria Legislativa, então a gente pede esse prazo para os vereadores, um projeto até sexta-feira, para que a Diretoria Legislativa possa montar essa reunião das conjuntas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É que nós tínhamos acertado também, vereador, a votação do Orçamento na quarta-feira.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sim, mas, na reunião de Mesa e na reunião de líderes, nós tínhamos acertado, como disse o Presidente, deixar a reunião conjunta para a outra semana; um projeto de cada vereador. Então vota a conjunta, entra no Orçamento na quarta-feira, e aí prossegue. Então indica o projeto de lei até sexta, agora – hoje é quarta.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Está bem. Compreendi. Por acordo, e é dessa forma que a Casa democrática funciona. Líderes da oposição, do governo, enfim, alerto a todos os vereadores que, até sexta-feira, as suas assessorias indiquem um projeto de sua autoria, que queiram participar dessa reunião conjunta, na quarta-feira da semana que vem.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 066/22.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Subo à tribuna para discutir o projeto apresentado pelo Ver. Airto Ferronato, cuja ementa prevê a cassação do alvará de localização e funcionamento dos postos de combustíveis que adquirirem, distribuírem, transportarem, estocarem ou revenderem derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis adulterados; cassação do alvará de localização e funcionamento. É notório que existem alguns postos de gasolina na nossa cidade que vendem produtos de forma irregular, a gente percebe isso, às vezes, ao sair do posto, dando a partida no carro e arrancando por falhas no motor. Isso é um atentado ao bem que o indivíduo tem, desregula a máquina, causa prejuízos financeiros, aumenta o consumo de combustíveis, por isso vim aqui à tribuna, em período de discussão, para parabenizar o Ver. Airto Ferronato pela iniciativa. Este projeto, Ver. Ferronato, é um projeto tipicamente de esquerda, porque coloca no poder público a sua obrigação que é de fiscalizar, de coibir, de punir irregularidades, não apenas liberar que o mercado, a livre iniciativa possa fazer a regulação a partir de preço ou qualidade dos combustíveis comercializados. Não, isso não existe! Prejuízos à população devem ser coibidos pelo poder público, e, por isso, nós precisamos reforçar a fiscalização e os órgãos de fiscalização do Município de Porto Alegre. É inaceitável que nós tenhamos um baixo contingente de agentes de fiscalização para áreas importantes como a saúde, o meio ambiente, a indústria e o comércio. É tarefa do poder público fazer controle, expedir

autorizações e também cassá-las. Por isso, fiz questão de me inscrever e subir à tribuna para parabenizar o Ver. Airto Ferronato. Não é sempre que nós percebemos do vereador em questão proposições que venham à esquerda, mas esta vem. Então, parabéns, Ferronato! Eu tenho certeza de que os nossos partidos de oposição que são realmente de esquerda vão apoiar a sua iniciativa. Os órgãos de fiscalização precisam ser reforçados. Nós precisamos ter investimento e capacitação de servidores públicos de carreira do Município de Porto Alegre para defender o cidadão, para defender quem faz o abastecimento dos seus veículos, e a punição rigorosa e severa daqueles que causam prejuízos aos contribuintes da nossa cidade. Então, parabéns! Eu espero que nós tenhamos a aprovação unânime deste projeto, unânime, porque, apesar de alguns vereadores aqui de direita fazerem falas favoráveis à liberdade de mercado, crime contra o consumidor não há liberdade. E é o poder público responsável por fazer justamente esse controle e essa coibição dos maus feitos. Muito obrigado pela atenção. Parabéns ao vereador proponente deste projeto de lei, e vamos às discussões e aprovação dele.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 066/22.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Moisés, Ver. Ferronato, esse é um tema antigo, tem a nossa total concordância, mas eu quero me socorrer do Ver. Idenir Cecchim, que foi secretário municipal da Produção, Indústria e Comércio e que, por uma lei mais ampla do que essa agora, já existe, cassou o primeiro alvará com base em falsificação de produto, falsificação de gasolina, produto pirateado etc. e tal. Então, existe uma lei. A lei é genérica, ela não diz posto de gasolina; fala em falsificação. Então, existe uma lei que já está em vigor que nós podemos aplicar. E eu quero dizer que ela foi aplicada em Porto Alegre, e está aqui o ex-secretário, hoje Ver. Idenir Cecchim, que aplicou essa lei, pela primeira vez aqui em Porto Alegre. Então acho que a gente tem que ver, Ferronato, eu tenho todos os méritos com V. Exa., hoje inclusive me ligou um grande advogado da cidade que trata de patentes, que trata de combate à pirataria e pediu uma reunião, porque ele me informou que aumenta, a cada dia, a introdução de produtos falsificados, pirateados pelos portos, virou uma verdadeira gandaia. Eu disse que o projeto que nós aprovamos aqui, aquele sobre os ambulantes, não vai resolver o nosso problema, porque o problema é a fiscalização. Eu quero que aplique a lei geral, que é de minha autoria, que o Cecchim já aplicou, numa loja na Rua da Praia, cujos tênis que estão lá custam acima de R\$ 400,00, mas lá todos são vendidos a R\$ 70,00. É só olhar para a vitrine e dizer: esses tênis são todos piratas. Portanto, eu vou amanhã pegar o nome da loja, vou pegar o endereço da Rua dos Andradas, vou na fiscalização, mas eu não vou fazer um pedido de providências aqui pelos mecanismos; eu vou pegar e entregar na mesa da Secretaria, da fiscalização, porque vendido na calçada ou dentro de uma loja, se é produto pirateado, tem uma procedência completamente ilegal. E aqui todo mundo sabe o que virou o nosso Centro de Compras, todo mundo aqui sabe quem são os fornecedores. Então devagar com o andor, eu sou favorável à proposição do Ferronato como ideia geral,

evidentemente sempre terá meu apoio, só que eu acho que a lei que nós temos cobre totalmente a sua proposição. Agora, nós temos que discutir, eu não quero aqui que isso seja lido como uma contraposição, muito pelo contrário, estou aqui para apoiar essa grande briga sobre esse lucro babilônico desse capitalismo perverso que logra o povo, contra esse tipo de usurpação de direitos, de falcatruas que arrebatam os motores dos carros, etc. e tal, como falou o Prof. Alex. Totalmente favorável. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 066/22, como autor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, serei rápido. Primeiro, agradecer as manifestações que já recebi aqui da tribuna. Dizer que em praticamente todas as comissões, a começar pela Comissão de Constituição e Justiça, Felipe Camozzato, o parecer foi pela aprovação e pela inexistência de óbice. Até aí nenhum problema. Em segundo lugar, o tema está bem discutido. Aqui, no Rio Grande do Sul, Ver.^a Nádia, isso aconteceu em Porto Alegre, há pouco tempo, quando nós tivemos a venda de carne podre, foi ou não foi? Foi. Quando a carne ficava podre, eles trocavam o rótulo e vendiam a carne podre. Nós já tivemos a venda de leite com soda cáustica, eu acredito que vocês todos sabem o que é que causa a soda cáustica, ela é feita para corroer, inclusive a carne, imaginem a soda cáustica no corpo de uma pessoa. Nós já vendemos e compramos em Porto Alegre remédio de farinha, Ver. Cecchim. Só que essas barbaridades... Tivemos, inclusive, aquelas próteses desnecessárias; cortavam o joelho de uma pessoa idosa sem necessidade, só para os caras ganharem dinheiro. Tenham paciência. Muito bem, qual é a ideia? É apresentar aqui, em Porto Alegre, a proibição desse tipo de barbaridade. Muito bem. É do município titular a competência de conceder o alvará. Se ele tem a competência de conceder, ele tem a competência também de cancelar o provisório definitivamente. Então, o projeto tem este cunho: coibir esse tipo de barbaridade que acontece por aí. Mas ouvi o Ver. Adeli Sell com atenção, conversei com o Ver. Cecchim, são aqui na Câmara as pessoas que conhecem a questão da antiga SMIC, a nossa Secretaria de Indústria e Comércio. Como dizem que já existe uma lei nesse sentido, ou que a lei existente alcança essa nossa proposta, eu estou pedindo, meu caro Presidente Moisés, e consulto a nossa direção se é possível que seja adiada a votação – não sei se pode ainda –, para que se estude melhor, para não apresentar uma lei que já existe.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O senhor está adiando a discussão por uma sessão?

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Adiando. Quantas pode adiar?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, pode ser adiada a discussão por uma sessão ainda.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Mais uma?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Mais uma. A discussão já foi adiada por quatro sessões.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Então, já que estamos votando, vamos votar o projeto.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Muito bom. Vamos votar.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Não dá para admitir venda de carne podre... Depois falam dos funcionários públicos! São eles que falam. Vendem carne podre, vendem leite com soda cáustica para desmanchar o estômago das crianças e dos idosos. Nós temos que terminar com isso em Porto Alegre, e vamos apresentar mais projetos. Este foi o primeiro.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Ferronato, eu não me contive, tive que usar o microfone de apartes porque a sua humildade, a sua educação e o seu respeito chamam a atenção. O senhor falando da tribuna e vira para o Presidente e pergunta: “posso?”, “como?”, “quantos?”. Então, realmente, em tempos de tanta agressividade, tanto desrespeito e falta de consciência da hierarquia, a sua presença é uma lição. Obrigada.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Obrigado. Paz, amor e serenidade. Aquele abraço.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 066/22.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu ouvi aqui do Ver. Alex Fraga que este projeto é de esquerda, mas o próprio Camozzato, que é do NOVO, deu o parecer, na Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação do projeto, e não encontrou inconstitucionalidade. Eu acredito que o NOVO, se deu o parecer favorável foi porque o projeto seguia a legalidade, e não tem nada de esquerda neste projeto. Outra coisa, falou que o capitalismo é a favor de vender comida estragada e gasolina adulterada, porque isso é lei de mercado. Mentira. Inclusive, as agências reguladoras que vieram na esteira da desestatização dos serviços que eram prestados aqui tinham a função justamente de fiscalizar. Agora, se tem corrupção nos órgãos de controle, muitas vezes apoiados pela

esquerda, é outra história que tem que ser analisada, avaliada com a punição das pessoas responsáveis. Não dá para misturar uma coisa com a outra. Inclusive o capitalismo, a internet e a liberdade proporcionam uma outra ferramenta de punição a esses empreendedores que fazem verdadeiros crimes contra a economia popular, que é o boicote; e hoje justamente o contrário, tentando se defender, utilizando as ferramentas do Estado, que está investigando, a gente não pode boicotar uma marca sob risco de estar fazendo uma falsa acusação e, depois, ainda responder por ter causado danos à arrecadação daquela empresa. Então, na verdade, o que faz algum tipo de bem à população é justamente a possibilidade de tu boicotares, de tu fazeres com que essa informação circule pela sociedade e a gente deixe de comprar daquele mal empreendedor, que fez um crime contra a economia popular. Então, só queria vir aqui para deixar claro que não é uma lei de esquerda quando se trata de punir criminosos, eu acho que quem quer de punir criminosos, e a gente tem observado nos últimos meses e anos é, na verdade, a direita. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 066/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária do Ver. Prof. Alex Fraga, da Ver.^a Fran Rodrigues, do Ver. Roberto Robaina, da Ver.^a Biga Pereira, do Ver. Giovanni Culau e Coletivo e do Ver. Jonas Reis.

Em votação o PLL nº 066/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Peço a atenção das assessorias parlamentares, o prazo de indicação para a reunião conjunta precisa, tecnicamente, ser amanhã até às 23h59min. Esclarecendo, teremos reunião conjunta das comissões na quarta-feira da próxima semana, então, cada vereador poderá indicar um projeto de sua autoria para ser apreciado na reunião conjunta.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, tenho um requerimento que está com o Sr. Diretor Legislativo sobre três projetos, solicitando o art. 110. Gostaria que fossem apreciados.

Solicito, nos termos do art. 110 do Regimento, a tramitação em regime de urgência dos projetos PLCE nº 026/23, PLCE nº 024/23 e PLCE nº 023/23 e que sejam votados em bloco.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Pergunto aos líderes se temos acordo para fazer a votação em bloco dos projetos constantes no requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. Ressalto que são projetos que precisam ser aprovados ainda este ano para terem validade, por questão de prazo legal. (Pausa.) Há acordo.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nesse sentido, apenas para esclarecimento, em razão da aprovação da urgência, as comissões pelas quais tramitará a matéria deverão, obrigatoriamente e em reunião conjunta, apresentar parecer em até cinco sessões.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Meu caro Presidente, pelo que constatei, nós vamos votar agora o PLL nº 488/21, título de cidadão. A autoria do projeto é da Ver.^a Camila Nunes. Quem pediu...

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Fernanda Bart, que é a autora do PLL nº 358/23.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Ótimo; sou favorável e vou votar favorável. Agora não sei se a vereadora está nos acompanhando...

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Está *online*.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Uma satisfação, um abraço para a vereadora. Mas não sei, por prudência, se era de votar agora, precisamos de 24 votos, e não me parece que temos 24 votos agora aqui no plenário da Casa. Apenas alertando.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado pelo seu alerta, mas é uma solicitação da vereadora.

Vereador Aírto Ferronato (PSB) (Requerimento): Para dar uma contribuição para a vereadora, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Solicito que o PLL nº 488/21 seja retirado da priorização de votação e seja o primeiro a ser votado na sessão ordinária prevista para a próxima segunda-feira. Obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;

encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0488/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 185/21, autoria do Ver. José Freitas, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.477, de 10 de dezembro de 2018 – que obriga a divulgação dos serviços e dos profissionais especializados disponíveis para atendimento nas unidades de saúde da rede de atenção básica do Município de Porto Alegre –, dispondo sobre o local de divulgação e o conteúdo das informações. **(SEI 034.00197/2021-96)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Pedro Ruas: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas;
- com Emenda nº 02, do Ver. José Freitas (Líder da Bancada do REP);
- incluído na Ordem do Dia em 21-02-22.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 185/21](#). (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Colegas vereadores, o PLL nº 185/21 obriga a divulgação do serviço e dos profissionais especializados disponíveis nos postos de saúde. Infelizmente, existem os maus médicos que deixam as pessoas esperando. Nós, vereadores da comissão de saúde desta Casa, recebemos muitas denúncias. A lei original já obriga ter esses cartazes, mas internos. O que nós estamos mudando aqui? Para que esses cartazes estejam no lado externo. Quando a pessoa chegar ao posto de saúde, ela já venha a visualizar quem é o profissional que está de serviço e quais as especialidades. Isso vai permitir que os próprios pacientes façam o controle da frequência dos médicos. Olhem as matérias aí, teve o caso da SAMU há poucos dias e, agora, o mais novo, “Polícia Federal faz operação contra médicos suspeitos de fraudar registros do ponto no Hospital Conceição”. Isso é coisa dessa semana.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): A polícia está investigando e o Ministério Público. Médicos investigados pela Polícia Federal fraudariam ponto no Hospital Conceição para ir à academia, fazer compras e atender outros locais.

Então, essa lei é muito simples, nós estamos só alterando. Hoje a lei obriga que tenha cartazes dentro da unidade dizendo qual é o especialista que está ali e quais especialidades. Nós estamos mudando para que os cartazes sejam na entrada: a pessoa vai chegar e, se tiver o nome do médico ali e o médico não estiver, ou médico estiver na academia, o próprio cidadão vai estar fiscalizando, o próprio cidadão vai ser o fiscal desses maus médicos que temos, infelizmente, na rede SUS. Ali no postão da Cruzeiro, as pessoas chegam esperar 12 horas! E eu recebi uma denúncia, como a chefe dos médicos era uma enfermeira, os médicos não respeitavam a enfermeira, dizendo: “Oh, está cheio aqui, está cheio o saguão de pessoas esperando a cinco, a oito, a dez, a doze horas”, e o médico repousando, tomando um cafezinho, ou de repente até na academia. Eu acredito que essa fixação de cartaz na frente das unidades de saúde vai fazer com que o próprio cidadão venha a ser o fiscal dos médicos, e eu conto com apoio de todos os colegas. Obrigado, um abraço.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, me permita, eu gostaria de incluir a Câmara Municipal no mesmo sistema, se não por uma emenda, por uma resolução da Mesa, porque é muito importante sabermos qual é o médico que está, quanto tempo ele fica, porque, inclusive, teve um médico que foi para a justiça, ou melhor, foi para o seu sindicato contra a Câmara. Então é melhor regulamentarmos, ao invés de deixar aberto.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Feito o registro, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 185/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Ver. José Freitas, eu subi à tribuna para encaminhar aqui o seu projeto, que é um projeto muito importante para a população, muito importante para quem está lá numa UBS, numa UPA, esperando atendimento, pessoas que chegam no final da tarde e saem na madrugada. O que o senhor relatou aqui é a realidade no nosso sistema de saúde. Eu vim encaminhar porque eu estou fazendo uma emenda, que incluía o horário que esse profissional está lá.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Tem? Está previsto? Então quero avisar a minha assessoria que está previsto, e faça a emenda que o Ver. Cassiá Carpes sugeriu, de incluir os médicos da Câmara também, porque é importante a população ter esse controle, é importante nós sabermos. Já aconteceu de nós estarmos aqui, um colega passar mal, ou alguém da plateia passar mal, teve um evento dos rodoviários aqui em que umas duas pessoas passaram mal, teve também os taxistas, e nós não tínhamos ninguém

para ajudar. O Cassiá passou mal, o Valter Nagelstein passou mal, a Comandante Nádia, minha amiga, minha parceira, passou mal e nós não tínhamos nenhum médico aqui para atender. É importante quando a gente chegar numa UBS, quando chegar numa UPA, e saber quem é o profissional que está te atendendo e o horário em que esse profissional está à disposição da população, até para que, se a pessoa quiser uma intervenção, saber quem eram os médicos, que é algo muito difícil – quero que os colegas fiquem atentos da importância desse projeto, porque, se tu vais numa Unidade Básica de Saúde ou numa UPA, fica lá por três, quatro, cinco, seis horas esperando o atendimento – já trocou o plantão –, e tu quer saber quem é o médico, tu tens que cair para burocracia, aí tu tens que abrir o 156, tem que abrir não sei o quê, tem que tentar descobrir, e fica por isso mesmo. Então, acho muito importante isso que Vossa Excelência fala, de estar à disposição do povo, não somente o nome do médico, mas o horário que esse médico tem que estar à disposição da população de Porto Alegre. Isso é importante, porque quem acompanhou no dia de hoje, na imprensa, a operação da Polícia Federal num hospital de Porto Alegre, onde os médicos chegavam, batiam o ponto e iam embora, tinha médico que ia pra academia, tinha médico que ia atender no seu consultório, tinha médico que ia para casa; então, isso é importante, termos, na sociedade, esse controle desses profissionais que escolhem o serviço público, que escolhem trabalhar para população, trabalhar nessa que é uma das coisas mais importantes para o povo, que é a saúde. Então, quero dizer para o senhor, para Vossa Excelência que seu projeto é muito importante. Conte com o nosso apoio; temos certeza que esse projeto chega para ajudar a população de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 185/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Ver. Moisés, que preside a sessão nessa tarde, colegas vereadores, eu quero dizer ao Ver. José Freitas que o seu projeto é um projeto que, para mim, encerraria duas grandes palavras que fazem parte da administração pública: a transparência e o respeito. Se eu tivesse que dar um sinônimo ao seu projeto, vereador, eu diria que é um projeto do respeito e da transparência. E por que isso? Porque a administração pública tem que ter, em todos os seus atos, e não é diferente na saúde, a transparência. Quando uma pessoa chega a um posto de saúde, ela procura acolhimento, e é esse o respeito que nós queremos dar ao povo de Porto Alegre, porque a pessoa que chega com necessidade de atendimento por conta da sua saúde, da de algum familiar, quer o respeito de quem ali está. A transparência faz parte desse respeito a partir do momento em que o Ver. Freitas diz que a administração pública tem que respeitar o seu cliente, que é o porto-alegrense. Então, vereador, parabéns pelo projeto. É um projeto ao qual eu vou dar “sim”, com letras garrafais, porque, quando aquela pessoa chega com problemas de saúde, nós temos que, de alguma forma, amenizá-los e nós vamos amenizá-los a partir do momento em que essa pessoa sabe quem é o profissional que está ali naquele posto para atendê-la, qual é a especialidade desse

profissional, em qual horário esse profissional está ali para atendê-la. Mais do que meritório, é um projeto de dignidade às pessoas que procuram os postos de saúde em Porto Alegre. Transparência e respeito a todo cidadão que precisa ter um atendimento de qualidade para a sua saúde. Muito obrigada. É “sim”.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Enquanto o Ver. Adeli Sell vai até a tribuna, eu gostaria de registrar que temos no saguão, neste andar, à esquerda, sessão de autógrafos de lançamento de um livro de um projeto de bravas mulheres, e convido todos os vereadores... Estou recebendo a informação de que elas estão no nosso andar, na frente do Adel Carvalho. Então, está transmitido o convite e feito o registro da sessão de autógrafos desse projeto maravilhoso que está sendo lançado aqui no nosso andar. Então, convido todos os presentes que queiram passar e conhecer o projeto. Isso seria muito interessante.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 185/21.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Moisés Barbosa, o Ver. José Freitas anunciou aqui, mostrou episódios que acontecem, reiteradamente, em várias instâncias governamentais, prefeituras, postos de saúde e, agora, no GHC. A direção do GHC foi clara e cristalina no mesmo dia: sindicância, rigor, não tem conversa; cumpra-se horário ou rua! Cumpra-se horário ou rua! Eu espero que a colocação de uma placa, de um cartaz em local visível para qualquer pessoa seja um meio para dar um passo para resolver algumas questões. Mas não se iluda, Ver. José Freitas, que isso vai ser resolvido tão simplesmente. O que aconteceu, dias atrás, no nosso Pronto Socorro, no SAMU, quando pessoas estavam por um fio, entre a vida e a morte, as pessoas não cumpriam os horários, iam trabalhar em outros lugares, faziam afazeres pessoais. Não é só um problema de profissionais da saúde; nós temos, inclusive, que discutir o serviço público, porque, quando uma pessoa é colocada em um cargo de confiança, em uma indicação política, dependendo das circunstâncias, ele também tem que ter um olhar do cidadão, claro, e do gestor. Está fazendo a função para a qual ele foi trazido para dentro do serviço público? Porque nós, ao nos elegermos vereadores, acabamos também sendo servidores públicos; nós temos um compromisso; por isso que nós temos horários de debate, horários de votação; se necessário, sessões extraordinárias, e assim por diante. Isso tem que ser feito de uma forma de A a Z, do Oiapoque ao Chuí, nas instâncias governamentais, federal, estaduais e municipais e instituições; porque muitas instituições recebem também dinheiro público, as chamadas creches, casas de assistência, locais de internação prolongada, os antigos asilos que cuidam, às vezes, de pessoas com deficiência; ou seja, tudo, absolutamente tudo, deve ser fiscalizado. Por isso, nós acompanhamos com nosso voto “sim” vossa proposição e nós vamos ter que fazer... Na verdade, deveríamos fazer um mutirão, um olhar para o serviço público, os vereadores e comissões visitarem postos de saúde para não parecer um negócio de proselitismo político-eleitoral. Em vez de “eu vou à UPA A, B, C ou D”, vamos eu, do PT, José Freitas, do Republicanos, mais um ou outro, e nós vamos ver se isso está sendo feito absolutamente como se quer. Quando isso

for aprovado, vamos dizer quantos dias vão ser necessários para fazer as devidas modificações, e eu quero te acompanhar posto a posto, local a local. Mas também queremos saber do gestor, aquele cargo de CC que foi ali colocado e que nunca pinta no pedaço. Isso também deve ter o nosso olho, como fiscalizadores da lei, fiscalizadores da coisa pública. Esse é o papel do vereador, e nós vamos caminhar juntos nesse processo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Nós que agradecemos, Ver. Adeli. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 185/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este debate; sem sombra de dúvidas, nós temos que melhorar os mecanismos de acompanhamento do trabalho no serviço público. Isto é essencial: transparência, a população saber quem é quem, quem está trabalhando, quem não está. Eu acho que, muito mais do que isso, é importante dizer que hoje nós podemos até colocar na porta dos postos. Já tem, não é? Essa lei aperfeiçoa. Acho bom que tem até o número da ouvidoria. Vai contar com o meu voto com certeza. Mas eu queria ver aqui a base do governo botar um projeto para voltarem os pediatras aos postos de saúde, porque hoje, por exemplo, nós vamos ter uma lista lá na frente dos postos, mas não vai ter nenhum pediatra, não vai ter nem um ginecologista - este é o nó. Nós vamos votar um projeto por transparência, vai contar com o meu voto, mas não vai trazer pediatra, ginecologista, cardiologista, que nós perdemos, não vai ter ortopedista nos postos. Nós perdemos os especialistas! Hoje é de dois anos a média de espera para uma consulta com um especialista! Este é o nó górdio da situação! Esta é a problemática maior da cidade que tem orçamento para a saúde, mas não tem servidores públicos! Não há concurso público; e o pior: essa semana saiu o contracheque, e os enfermeiros não receberam o piso! Os auxiliares receberam uma mixaria; os técnicos até receberam. Mas uma grande parcela dos servidores da enfermagem não recebeu. Eu queria aqui que o governo reconhecesse o direito desses servidores receber o piso nacional da enfermagem. Claro que a transparência é importante. Repito pela terceira vez: vai contar com meu voto. Mas nós temos hoje uma falta de recursos humanos na Prefeitura, por exemplo, no DMAE, lá na porta nós vamos ter a lista dos cargos vagos; tem dois mil cargos vagos dentro do DMAE; dois mil empregos a Prefeitura deixa de gerar, por isso que demora para restabelecer a água, para consertar o encanamento, porque o prefeito não faz concurso. Tem R\$ 350 milhões parados no caixa do DMAE, hoje; agora em janeiro vai faltar água na Lomba do Pinheiro, Ver. Oliboni, no Morro da Cruz - e eu não sou Nostradamus, não sou vidente -, eu só estou trazendo aqui o histórico da cidade, porque mantém dois mil cargos vagos. Então a lista lá no DMAE, essa lista dos servidores que prestam serviços, vai ter dois nomes preenchidos e outros 10 cargos vagos em cada posto. Este é um grande problema. Nós temos falta de servidor público. Quero dizer, na escola hoje nós temos um déficit de mais de 300 monitoras e monitores para auxiliar na educação especial, na inclusão real. Se

botar uma lista de funcionários nas escolas, nós vamos ter ausência, porque não nomeiam servidores. Agora eu quero trazer aqui um questionamento, queridos vereadores, vereadoras, vai estar lá na porta da Prefeitura o nome dos cargos de confiança e onde eles estão? Do secretário, do adjunto, chefe de gabinete e demais, tem um monte de gente com ponto liberado. Como assim? Para o servidor de carreira, nós queremos saber o horário, onde está – e está correto, temos que saber mesmo, se tem um médico nomeado para um posto de saúde, ele tem que estar no posto de saúde. Mas eu quero dar aqui o meu testemunho, vereador, sou usuário da Unidade de Saúde Beco do Adelar, tive inúmeras consultas com o Dr. Túlio, toda minha infância, juventude. O Dr. Túlio sempre estava lá, sempre esteve lá, não tenho reclamação nenhuma daquele posto, nenhuma, sempre lá trabalhando. Toda vez que fui procurar vacina, sempre; a antitetânica que às vezes a gente se corta e fica com medo do tétano, sempre; fui lá pegar os remédios; bombinha da asma, sempre; os servidores lá, não tem reclamação desse posto. Tem, sim, casos de problema de pessoas que fraudam, que enganam, mas isso é no Brasil inteiro, mas não pode essa fração, essa pequena parcela responsabilizar o todo, a massa. E quero dizer mais, nós precisamos ter responsabilidade quando a gente usa aqui matérias. O vereador colocou sobre o GHC, não são todos os servidores do GHC, é uma pequena parcela que já está sendo investigada, processo administrativo, sindicância e, se for comprovado, tem que ser exonerado, isso é uma verdade.

Para concluir, querido Presidente, eu sou a favor da justiça, mas nós não podemos misturar joio com trigo e dizer que tudo está mal. Não! Nós vamos aprovar esta lei, vamos aperfeiçoar, mas tem que ter cuidado. Eu quero que os CCs, os secretários, os adjuntos e os chefes de gabinete também tenham na porta e o telefone da Ouvidoria. O telefone da Ouvidoria da Prefeitura é o do Melo, tem que estar lá o telefone do Melo. Nós vamos ligar para o Melo e vamos perguntar onde está o fulano de tal, e aí o Melo vai nos responder, espero.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoamos a Emenda nº 04, de autoria do Ver. José Freitas, do Ver. Claudio Janta e do Ver. Alvoní Medina, ao PLL nº 185/21.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 185/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 042/23, discutir e votar o PLL nº 210/22.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Assim que terminarmos a votação que estamos realizando, votaremos o seu requerimento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o PLL nº 480/23, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que estabelece normas de atendimento médico em eventos públicos ou privados com aglomeração de pessoas no mesmo ambiente – Lei Alice de Moraes.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 185/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade, Ver. Moisés Barboza, Sras. Vereadoras e Vereadores. Eu quero, primeiro, dizer que o projeto do Ver. Freitas é muito bom. Tudo que não tem regramento, geralmente, em média, não acontece. É como nós aqui votarmos diversas leis, e o Executivo não regulamentar. Isso tem pelo Brasil afora, a maioria das leis infelizmente não são regulamentadas, e lei que não é regulamentada não existe. Essa é a realidade. Portanto, não basta só a sanção do prefeito, tem que ser regulamentada, não basta só a sanção do ministro, do deputado federal, do deputado estadual, não, tem que ser regulamentada. O que me chama atenção, quero aproveitar a oportunidade, é que um médico desta Casa mandou ao Presidente do Cremers, ao Dr. Eduardo Trindade, que ele não tinha tarefa aqui, a não ser as tarefas básicas. Consequentemente isso abre uma brecha, ele foi questionar a Câmara no Cremers. Ou seja, essas coisas têm que ficar bem claras. Nós não somos contra os médicos, ao contrário, nós queremos protegê-los, mas também entendemos que nós temos um vácuo muito grande aqui na Casa em relação ao departamento médico da Casa. A questão laboratorial tem que ser mais ampla. E eu quero aproveitar essa lei, que é muito boa, parabéns, Ver. Freitas, para que a gente possa incluir a Câmara. Nós já tivemos problema com... Eu mesmo tive dificuldade aqui, há dois anos, não tinha, naquela oportunidade, nenhum médico aqui, e um guarda, para ajudar, foi rápido, pediu que viesse uma ambulância para me levar ao Hospital Ernesto Dornelles. Graças a Deus, chegando lá, eu já estava bem melhor, mas assim mesmo fiz os exames. Nós tivemos dificuldade aqui. Inclusive eu estava conversando, esta semana, com o Presidente, para que a gente tivesse um desfibrilador aqui nesta Casa, isso é importante, mas para isso os médicos têm que treinar, têm que saber usar o aparelho. Essas coisas, às vezes, nós levamos aqui tudo na brincadeira, “ah, não vai acontecer nada!”, parece que nós somos de outro planeta, de Marte, superiores. Não, nós temos as mesmas dificuldades, e esta Casa tem que ter mais estrutura para atender aos funcionários, e nós somos funcionários desta Casa, consequentemente nós temos que ter uma condição de atender bem ao cidadão. Aqui, por exemplo, se um funcionário quiser entrar, o médico da Casa, às vezes, “ah, eu não, não é minha competência.” Foi isso, mais ou menos, que ele mandou ao Cremers, dizendo que ele não tinha... Por isso, os exames têm que ser feitos fora daqui. Volto a frisar: nós não somos contra nenhum médico, nós temos bons médicos, mas a questão é regulamentar horários. O Presidente me disse que eles têm que cumprir 6 horas ao dia. Cumprem as 6 horas? Eu não tenho certeza, Ver. Adeli, e isso tem que

ficar bem claro para nós e para todos os funcionários da Casa. É nesse sentido que eu quero colaborar, inclusive suscitei ao Presidente que compre um ou dois desfibriladores, que isso é importante.

Vereador Hamilton Sossmeier (PTB): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Então nesse sentido, Presidente, concedo um aparte à Vossa Excelência.

Vereador Hamilton Sossmeier (PTB): Eu quero parabenizar o Ver. Cassiá por essa emenda importante aqui para Casa. A gente só quer fazer um reparo de justiça à Dra. Rosa, que tem atendido, já atendeu mais de 108 exames admissionais. Então, a gente deixa este registro: ela realmente tem trabalhado. Deixo o meu apoio a essa emenda.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Bem lembrado. Nós aqui não queremos dizer que o médico não faz isso ou aquilo, não, é que, para nós, ao regulamentarmos, nós os protegemos também, porque aquilo que não está regulamentado não se cumpre. Naturalmente este é o objetivo: nós queremos proteção para todos nós e para os próprios médicos.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega, Ver. Cassiá, eu creio que a legislação é muito clara nisto: as pessoas que, às vezes, ganham uma FG têm uma atribuição em função da FG, Função Gratificada. Todas as pessoas têm no contrato um horário de trabalho. Quando elas não cumprem, o servidor público, vamos dizer assim, normal, se ele não cumprir ou chegar atrasado, desconta, mas tem muitos que, infelizmente, ao ter uma certa autonomia do serviço, acabam prejudicando os demais. Nesse caso é uma coisa muito óbvia: os bons pagam pelos maus exemplos. Então, nesse sentido que o regramento pode ajudar muito a botar uma certa disciplina, no caso específico da Câmara.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sem dúvida, esse é o objetivo. Não é pegar um ou dois ou outro médico e dizer que eles são negligentes, nada disso. Nós queremos uma proteção para eles mesmo. No momento em que está regulado, eles sabem o que fazer, nos ajudam, nós os ajudamos, a Casa se sente confortável, todos funcionários se sentem também confortáveis. Então é com esse objetivo, Presidente. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda nº 05 ao PLL nº 185/21, de autoria a do Ver. Cassiá Carpes e do Ver. Claudio Janta, que altera o art.1º do projeto no seguinte sentido: fica obrigatória a divulgação dos serviços dos profissionais especializados disponibilizados para atendimento às unidades de saúde da rede de atenção básica do Município de Porto

Alegre, bem como no serviço de ambulatório médico da Câmara Municipal de Porto Alegre.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLL nº 185/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 01 ao PLL nº 185/21, de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 28 votos **SIM.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, Emenda nº 03 ao PLL nº 185/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM.**

Em votação a Emenda nº 04, ao PLL nº 185/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Questão de Ordem): A aprovação da Emenda nº 03 não torna a Emenda nº 05 prejudicada?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Segundo a assessoria legislativa, não.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só para esclarecer ao Ver. Tiago Albrecht: na verdade os textos serão harmonizados, vereador, fique tranquilo.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Presidente Moisés, o Ver. Gilson Padeiro vota “sim”, ao contrário do Ver. Jonas, que pede votação nominal, não vota “sim”, não vota “não” e nem se abstém.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 05 ao PLL nº 185/21. (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM.**

Vereador Jonas Reis (PT): Só uma correção, Presidente, à fala do Ver. Gilson Padeiro; quando ele se referir a mim, é Ver. Jonas Reis, para ficar bem frisado para as pessoas saberem o nome inteiro. Obrigado, vereador, por lembrar de mim.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o PLL nº 185/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador João Bosco Vaz (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Só quero me juntar ao Ver. Gilson Padeiro e também dizer que me parece um tanto quanto molecagem do Ver. Jonas Reis estar pedindo nominal e sequer votar. Fica aqui o registro.

Vereador Jonas Reis (PT): Ver.^a Nádia, é um desrespeito a senhora falar essa palavra molecagem. A senhora, Ver.^a Comandante Nádia, que virou comandante no governo Tarso Genro, me respeite. Eu tenho o direito de votar “sim”, “não”, abstenção ou não votar. Isso é responsabilidade minha e não sua. Cuide do seu mandato.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Feito o registro. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze vereadores presentes. Não há quórum.

(18h34min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1062/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/23, de autoria do Ver. José Freitas, que renomeia o parágrafo único para § 1º, mantendo-se sua redação atual, e inclui § 2º, todos no art. 52 da Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014, que institui o Código Municipal de Limpeza Urbana e dá outras providências, e alterações posteriores, criando a transação de dívidas de natureza não tributária do Município em prestação de serviços à comunidade. **(SEI 034.00425/2023-90)**

PROC. Nº 0674/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 377/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Dr. Oswaldo de Lia Pires o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua do Parque Pontal do Estaleiro, localizado no Bairro Cristal. **(SEI 037.00276/2021-02)**

PROC. Nº 0854/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 506/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que institui o Selo Empresa Solidária com a Vida no Município de Porto Alegre. **(SEI 165.00158/2023-19)**

PROC. Nº 1111/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 649/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Missionário Herbert Gustaf Nordlund o logradouro não cadastrado conhecido como Rua T, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro. (SEI 215.00114/2023-10)

PROC. Nº 1145/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 666/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre a Ivana Machado Moraes Battaglin. (SEI 299.00167/2023-59)

PROC. Nº 1177/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 681/23, de autoria do Ver. Adeli Sell, que denomina Rua Júlio Cezar Vila o logradouro cadastrado conhecido como Viela Sete – Cefer Um –, localizado no Bairro Jardim Carvalho. (SEI 022.00012/2023-17)

PROC. Nº 1172/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 093/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Pablo Jose Mongelo de Lima. (SEI 032.00046/2023-00)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1027/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 606/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que estabelece a obrigatoriedade aos clubes de futebol de solicitar ao Executivo Municipal, seus órgãos de controle de trânsito e mobilidade urbana, e aos órgãos de segurança pública o fechamento, para a circulação de carros, das vias de acesso próximas aos estádios nos dias de realização de jogos, *shows* e eventos com previsão de grande público. (SEI 299.00144/2023-44)

PROC. Nº 0334/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 168/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade. (SEI 020.00052/2023-61)

PROC. Nº 0962/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 571/23, de autoria do Ver. José Freitas, que obriga as empresas que fornecem energia elétrica, telefonia, comunicação de dados, televisão por assinatura ou outro serviço por meio cabos, em rede aérea ou subterrânea, a realizar a identificação de seu cabeamento por meio de cor única. (SEI 034.00390/2023-99)

PROC. Nº 1010/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 593/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que altera a ementa e inclui art. 2º-A na Lei nº 11.277, de 14 de maio de 2012 – que determina que os veículos de transporte coletivo do

Município de Porto Alegre possuam bancos reservados para utilização exclusiva por idosos, pessoas com deficiência física, gestantes e obesos e que esses bancos estejam identificados –, dispendo sobre a instalação de películas refletivas nos vidros laterais, localizados nas áreas dos bancos e espaços reservados a Pessoas com Deficiência (PcD), dos ônibus do transporte público coletivo de Porto Alegre. (SEI 215.00113/2023-67)

PROC. Nº 1022/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 601/23, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Ulisses Rodrigues de Matos. (SEI 019.00155/2023-32)

PROC. Nº 1147/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 668/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Viela Francisco Jacques de Mattos o logradouro público não cadastrado conhecido como Viela Onze – CEFER UM –, localizado no Bairro Jardim Carvalho. (SEI 165.00235/2023-22)

PROC. Nº 1156/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 672/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Paulo Cesar Fraga da Rocha o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Oito – Estrada Otaviano José Pinto –, localizado no Bairro Lami. (SEI 165.00237/2023-11)

PROC. Nº 0864/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 065/23, de autoria da Mesa Diretora, que autoriza a Câmara Municipal de Porto Alegre a filiar-se à União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul (UVERGS). (SEI 014.00024/2023-50)

PROC. Nº 1128/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 087/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que concede a Comenda Porto do Sol à Editora Tipuana Ltda. – Revista Oeste. (SEI 220.00295/2023-61)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, a presidência da Casa, sempre, quando eu subo para falar da pauta, coloca essa questão, mas sou só eu.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Ver. Jonas Reis, eu vou segurar o seu tempo – estou segurando o seu tempo – e vou lembrar que V. Exa. me pediu aqui, na sessão de hoje, que registrasse ao Ver. Pablo Melo que se ativesse a pauta; assim o fiz, solicitei ao Ver. Pablo Melo da mesma forma que solicito a Vossa Excelência. Vou recobrar seu tempo.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Isso é uma boa, mas o Pablo Melo veio aqui, o filho do prefeito, subiu, falou e aconteceu, e ficou por isso.

Vamos voltar ao assunto. “Determina que os veículos de transporte coletivo do Município de Porto Alegre possuam bancos reservados para utilização exclusiva por idosos, pessoas com deficiência física, gestantes e obesos”. Acho que esse é um projeto interessante, porém nós não temos ônibus hoje! Como é que a gente vai reservar a banco se não tem o ônibus com o banco? As pessoas ficam nas paradas lotadas. Agora mesmo as pessoas estão aí, porque quem está mandando e desmandando é a ATP, manda na EPTC. Meia dúzia de empresários estão mandando, não respeitam, não deixam essa cidade ter outros modais, é só um modal de ônibus, é uma vergonha. Em São Paulo, a passagem é R\$ 4,40 e aqui é R\$ 4,80. Me digam, meu Deus do céu, São Paulo capital, onde o custo de vida é bem mais alto do que em Porto Alegre, a passagem de ônibus é R\$ 4,40, aqui é R\$ 4,80, me explica isso, me explica essa matemática. Aí nós vamos fazer um projeto para reservar banco. Vai contar com o meu voto, claro, vai contar com meu voto, vai ter o meu apoio, mas e aí? Tem que garantir o ônibus. Quem é que vai garantir? O prefeito não está garantindo o ônibus, não está garantindo mais horários, perdemos 39 linhas de ônibus nesta capital durante a pandemia e não recuperamos. Hoje, nós estamos entrando em dezembro do terceiro ano do governo, daquele que deixa as empresas mandarem e o trabalhador não consegue nem recuperar as linhas perdidas na pandemia. Esses empresários têm que largar o osso, eles reclamam que não têm lucro, reclamam toda hora, mas não largam o osso. Agora, olha a empresa que comprou a Carris, Viamão, a pior empresa que tem na Região Metropolitana. Ela vai operar na capital como ela opera em Viamão? Isso é risível, isso é uma piada com o cidadão, com pagador de impostos. E o pior de tudo, a empresa Viamão foi lá, comprou e vai pagar parceladamente. Aí, nós ficamos aqui discutindo reserva de banco. Essas empresas prestam um péssimo serviço, não tem mais fiscalização, o cidadão não tem mais poder de voz. O prefeito destruiu o conselho de transporte, o cidadão não tem mais banco lá, cadeira lá. É disso que se trata, cidadão, então, nós temos que parar com legislação que é para inglês ver. Eu exijo, antes de tudo, mais horários de ônibus, pois a população pede. Gente, de manhã, o Serraria, hoje mesmo recebi a reclamação de uma cidadã, o Serraria lotadíssimo saindo, Ver. Márcio Bins Ely, o pessoal só tem o Serraria para sair de lá, não tem outro ônibus. As empresas mandam e desmandam. É uma vergonha o que Porto Alegre vive, e quero reiterar, nós precisamos mudar esse quadro. Quero fazer um apelo ao prefeito Sebastião Melo: Prefeito, por favor, atenda às demandas da população, nós já fizemos vários pedidos de providência, não é só a reserva de banco que é importante, é importante ter ônibus, isso é fundamental, mais horários, coloque-se no lugar da cidadã, do trabalhador, da trabalhadora que precisa do transporte público. Na Restinga não tem alternativa, no Lami e no Sarandi não tem: é o ônibus, e aí espera-se um ônibus lotado. Ajudem-nos, ajudem a cidadania. Não adianta ficar falando apenas da passagem. A passagem daqui está mais cara que em São Paulo. Nessa o senhor perdeu o discurso. Em São Paulo, a passagem é mais barata que em Porto Alegre e tem mais ônibus e mais modais. O senhor tem que incrementar modais. O senhor tem que chegar lá e dizer: chegou, agora não tem

monopólio de ônibus, nós vamos estabelecer outros modais na cidade. Mas o senhor não chega! O senhor tem que chegar e dizer: esta cidade vai mudar! Por favor, prefeito, ouça a cidadania. Transporte de qualidade, isso é fundamental. Não tem alternativa quem mora na Ponta Grossa, no Belém Novo, no Belém Velho, na Lomba do Pinheiro; é o ônibus. Tem que ter outros modais, não é possível que a gente tenha que ficar toda hora enxugando gelo. Esses transportadores, que dizem que prestam serviço público de qualidade, não tem qualidade. Eu falo aqui como usuário de ônibus, eu uso ônibus da capital. Todo mundo que me acompanha nas redes sociais sabe disso e vê, eu faço questão de registrar, uso os ônibus da Zona Sul.

Então a gente precisa qualificar o sistema. Não adianta só leis para reservar bancos se não tem ônibus: essa é a questão.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero registrar que hoje é o último dia em que o Antônio Carlos Ferrão Tubino está operando a nossa Mesa. Então, em nome da Câmara Municipal, em nome dos vereadores, funcionários da Casa, desejamos que, nesta nova etapa da sua vida, tenha muito sucesso, que Deus te abençoe. Obrigado pelos 39 anos de Casa.

Vereador Jonas Reis (PT): Só endossar a sua fala. Parabéns pela luta pela população de Porto Alegre. A cidade com certeza agradece.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Receba aqui o nosso abraço. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde, Sr. Presidente, também quero aqui me despedir do Tubino – um abraço fraterno –, foram 20 anos de convivência desde que assumi o primeiro mandato aqui. Uma homenagem também ao nosso querido Reginaldo Pujol, nosso ex-presidente, que com sua presença abrilhanta os trabalhos na nossa tarde de hoje, que tem sido um fervoroso lutador das boas causas em favor da cidade nas redes sociais agora. Obrigado pelo convite, Pujol, de participar do teu programa. Eu quero aqui também me despedir do Pingo, o nosso motorista de fé, e de todos aqueles que de uma forma ou de outra deram a sua contribuição e estão cumprindo o seu ciclo aqui, com certeza fizemos muitas amizades ao longo do período e temos boas lembranças daqueles que agora, legalmente, têm direito ao descanso e à aposentadoria.

Eu quero falar aqui do projeto de resolução da Mesa que autoriza a Câmara Municipal a filiar-se à União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul. Bela iniciativa, Presidente. Cumprimentar a UVERGS – União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul, que contempla mais de 100 câmaras municipais. Tem, inclusive, um projeto de lei do deputado Jerônimo Goergen, na época, hoje com o parecer do Tribunal

de Contas. Nós já tínhamos aprovado e incluído, inclusive, no primeiro ano desta Legislatura, quando fui Presidente da Casa, a filiação à UVERGS, mas como nós não tínhamos orçamento naquele primeiro ano, a nossa filiação foi *ad hoc*, digamos assim, e agora, então, acho que quanto mais referendado melhor, e vamos submeter, sim, à apreciação do Parlamento, para que não reste dúvidas a respeito dessa filiação.

E quero falar também aqui, eu vi que o Ver. Jonas Reis, fervorosamente, criticou a Ver.^a Tanise Sabino pelo projeto de lei de autoria da vereadora, que determina que os veículos de transporte coletivo do Município de Porto Alegre possuam bancos reservados para utilização exclusiva por idosos, pessoas com deficiência física, gestantes e obesos, e que esses bancos sejam identificados, dispendo sobre a instalação de películas reflexivas nos vidros laterais para identificar os bancos. Eu não sei por que o vereador foi tão contundente aqui na crítica, mas eu acho que é um bom projeto, aliás, tudo aquilo que diz respeito a garantir o direito ao idoso, às pessoas com deficiência, aos obesos, enfim, eu acho que contribui, inclusive aprovamos projetos de lei de minha autoria nesse mesmo sentido recentemente, que garantiu as cadeiras elétricas nos estabelecimentos, *shoppings*, supermercados e hipermercados com mais de seis mil metros quadrados no Município de Porto Alegre – pelo menos duas. Então eu acho que tudo aquilo que se constituir em uma política pública em favor das pessoas com deficiências, das pessoas idosas, das pessoas obesas, das pessoas machucadas, enfim, crianças de colo, gestantes, acho que tudo que agrega soma, não vejo assim com tanta contundência, como algo, como vereador colocou aqui, que pudesse parecer estapafúrdio. E, por parte do nosso mandato, quero apenas dizer que tramita, em 1ª sessão de Pauta, o Processo nº 00674/23, PLL nº 377/23, de minha autoria, Presidente, que denomina a Rua Oswaldo de Lia Pires o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua do Parque Pontal do Estaleiro. Então, vamos fazer uma homenagem ao Dr. Oswaldo de Lia Pires, que foi um criminalista importante, que acho que merece aqui todo nosso apreço porque foi realmente um ícone nacional, no que diz respeito ao direito penal; refiro-me aqui, nosso 37, diretor Luiz Afonso, a Oswaldo Gia Pires. Acho que é uma homenagem justa que prestará a Câmara à cidade, inclusive vou fazer um pedido, Presidente, que este projeto possa entrar na reunião conjunta das comissões, porque faz muito tempo que a gente vem esperando para inaugurar essa rua, tendo em vista que foi demorando para concluir as obras de entrega do Pontal do Estaleiro. É a rua que contorna o Pontal do Estaleiro, um local à altura do tamanho da grandeza do Dr. Oswaldo de Lia Pires. Então fica a nossa homenagem com este projeto que está em 1ª sessão de Pauta. Obrigado pela atenção. Uma boa tarde a todos, que possamos prosperar nos trabalhos na sequência.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h47min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *